



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA (PPGHIS)**

**MOVIMENTO SIONISTA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL
(1917-1948)**

TIAGO DA COSTA NOGUEIRA

Foz do Iguaçu
2026

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA (PPGHIS)**

**MOVIMENTO SIONISTA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL
(1917-1948)**

TIAGO DA COSTA NOGUEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-americana, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História .

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mirian Santos Ribeiro de Oliveira

Foz do Iguaçu
2026

TIAGO DA COSTA NOGUEIRA

**MOVIMENTO SIONISTA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL
(1917-1948)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-americana, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mirian Santos Ribeiro de Oliveira
(UNILA)

Prof. Dr. Pedro Afonso Cristovão dos Santos
(UNILA)

Prof. Dr. Sérgio Krieger Barreira
(UNILAB)

Foz do Iguaçu, 29 de Maio de 2026

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - CENTRA

N778m

Nogueira, Tiago da Costa.

Movimento sionista e construção do Estado de Israel (1917-1948) / Tiago da Costa Nogueira. - Foz do Iguaçu, 2026.

97 fls.: il.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu,
Programa de pós-graduação em História [PPGHIS].

Orientador: Mirian Santos Ribeiro de Oliveira.

1. Nacionalismo. 2. Judeus. 3. Palestina - História - 1917-1948. I.
Oliveira, Mirian Santos Ribeiro de. II. Título.

CDU 323.13(-411.16) "1917/1948"

Dedico este trabalho à minha mãe e à minha
irmã.

AGRADECIMENTOS

O processo de escrita de uma dissertação é certamente solitário em muitos momentos. Contudo, no meu caso, foi um longo caminho até chegar a este momento, minha trajetória no mestrado não foi em linha reta; pelo contrário, foi um processo de partidas e regressos entre Redenção, no Ceará, e Foz do Iguaçu, no Paraná.

Em primeiro lugar, agradeço à minha família, em especial à minha mãe e à minha irmã. À minha mãe, que mesmo com a distância de 4 mil quilômetros, foi a primeira a me apoiar nessa empreitada, sendo o porto seguro necessário para que eu pudesse cruzar o país em busca deste sonho.

Expresso minha profunda gratidão à Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), por ter me acolhido de forma tão generosa, e à Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), por ter sido a minha primeira casa acadêmica. É uma honra imensa ter tido a oportunidade de estudar em duas instituições com projetos tão necessários e transformadores. Em especial, agradeço à UNILA por sua proposta de integração com nossos vizinhos latino-americanos, o que ampliou significativamente meus horizontes de pesquisa e cidadania.

Toda essa jornada de dois anos no mestrado, marcada pela partida e retorno, não teria sido possível sem o apoio fundamental de amigos que se tornaram pilares em ambos os meus lares. É necessário citar nominalmente aqueles que, no Ceará e no Paraná, deram sentido a essa travessia e não me deixaram caminhar sozinho. Aos amigos do Ceará, que guardaram minhas raízes e me deram força para partir, o meu muito obrigado.

Nesta trajetória, não posso deixar de agradecer a Carlos Eduardo (Dudu), cujo apoio foi constante tanto nas minhas partidas quanto em cada retorno para casa. Sua amizade foi um dos alicerces mais sólidos desse processo, e é um laço que espero cultivar e levar comigo por toda a vida. À minha amiga Thamyres, minha gratidão eterna. Se em 2023 você não tivesse insistido para que eu corrigisse a documentação para a seleção do mestrado, certamente este trabalho não existiria. Seu incentivo foi o empurrão necessário para que eu acreditasse na viabilidade desta jornada, e por esse gesto de cuidado e amizade, serei sempre grato.

À Nathália, cuja generosidade e parceria superaram as distâncias

físicas. Desde o nosso primeiro contato, você não apenas facilitou minha chegada à UNILA, como também investiu generosamente seu tempo e conhecimento na construção deste trabalho. Sua confiança em meu potencial foi um dos pilares fundamentais que me sustentou durante toda esta jornada, por isso minha gratidão. Estendo também meus agradecimentos aos meus colegas de mestrado, em especial à Mayara, ter conhecido você durante este processo foi fundamental para mim; dividimos muito mais do que salas de aula, compartilhamos as angústias e as vitórias desta jornada. Levarei as lembranças de você sempre comigo.

Agradeço também aos meus professores da Unilab e da Unila, cujas lições foram a base para a construção do meu pensamento crítico. Em especial, expresso minha gratidão às professoras Dras. Endrica e Juanita e ao professor Dr Clóvis, pelo compartilhamento de saberes que tanto me enriqueceram. Aos membros da banca examinadora, professor Dr Pedro Afonso Cristovão dos Santos e ao professor Dr Sérgio Krieger Barreira, agradeço pelas contribuições valiosas e pelo olhar atento que permitiram o amadurecimento desta dissertação.

Agradeço à minha orientadora, Prof.^a Dra. Mirian Santos Ribeiro de Oliveira. Obrigado por acreditar nesta pesquisa. Sua orientação, paciência e confiança foram fundamentais para que este trabalho chegasse ao fim. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo incentivo que possibilitou a realização desta pesquisa com maior qualidade e engajamento.

Antes de terminar, agradeço também a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, me ajudaram e foram uma ótima companhia nesse processo. Minha gratidão.

"A história não é o estudo do passado; é um ato de presente. Quando o historiador se debruça sobre o passado, ele o faz em função de suas questões atuais."

Marc Bloch

RESUMO

Essa dissertação analisa o movimento sionista e o processo de formação do Estado de Israel, entre 1917 e 1948, considerando as dimensões políticas, sociais e ideológicas que moldaram esse percurso. A pesquisa parte da Declaração de Balfour de 1917 e do contexto do Mandato Britânico da Palestina, discutindo como as lideranças sionistas articularam projetos de Estado em diálogo e conflito com as potências coloniais. A investigação utiliza como fontes documentos oficiais, discursos políticos, dados demográficos e textos de intelectuais sionistas buscando compreender tanto os objetivos estratégicos do movimento como as resistências que enfrentou. A análise enfatiza a relação entre nacionalismo, colonialismo e identidade, situando o caso de Israel em perspectiva transnacional. Conclui-se que a criação de Israel foi resultado de múltiplas disputas e negociações: de um projeto político que combinou idealismo com práticas de exclusão e conflito. A Declaração de Balfour e o Mandato Britânico na Palestina foram catalisadores, mas a pesquisa mostra que o sionismo já era um movimento robusto. Sua articulação política, combinando idealismo e pragmatismo, permitiu a construção de instituições e a mobilização de apoio internacional, em um processo que teve impacto profundo e duradouro na região, moldando o cenário geopolítico do Oriente Médio.

Palavras-chave: Sionismo. Judeus. Palestina. Nacionalismo. Antisemitismo.

RESUMEN

Esta tesis analiza el movimiento sionista y el proceso de formación del Estado de Israel entre 1917 y 1948, teniendo en cuenta las dimensiones políticas, sociales e ideológicas que moldearon este recorrido. La investigación parte de la Declaración Balfour y del contexto del Mandato Británico de Palestina, discutiendo cómo los líderes sionistas articularon proyectos de Estado en diálogo y conflicto con las potencias coloniales. La investigación utiliza como fuentes documentos oficiales, discursos políticos, datos demográficos y textos de intelectuales sionistas, buscando comprender tanto los objetivos estratégicos del movimiento como las resistencias a las que se enfrentó. El análisis enfatiza la relación entre nacionalismo, colonialismo e identidad, situando el caso de Israel en una perspectiva transnacional. Se concluye que la creación de Israel fue el resultado de múltiples disputas y negociaciones: de un proyecto político que combinó idealismo con prácticas de exclusión y conflicto. La Declaración Balfour y el Mandato Británico en Palestina fueron catalizadores, pero la investigación muestra que el sionismo ya era un movimiento sólido. Su articulación política, que combinaba idealismo y pragmatismo, permitió la construcción de instituciones y la movilización de apoyo internacional, en un proceso que tuvo un impacto profundo y duradero en la región, moldeando el escenario geopolítico de Oriente Medio.

Palabras-clave: Sionismo. Judíos. Palestina. Nacionalismo. Antisemitismo.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the Zionist movement and the process of forming the State of Israel between 1917 and 1948, considering the political, social, and ideological dimensions that shaped this journey. The research begins with the Balfour Declaration and the context of the British Mandate of Palestine, discussing how Zionist leaders articulated state projects in dialogue and conflict with the colonial powers. The investigation uses official documents, political speeches, demographic data, and texts by Zionist intellectuals as sources, seeking to understand both the strategic objectives of the movement and the resistance it faced. The analysis emphasizes the relationship between nationalism, colonialism, and identity, placing the case of Israel in a transnational perspective. It concludes that the creation of Israel was the result of multiple disputes and negotiations: a political project that combined idealism with practices of exclusion and conflict. The Balfour Declaration and the British Mandate in Palestine were catalysts, but the research shows that Zionism was already a robust movement. Its political articulation, combining idealism and pragmatism, allowed for the construction of institutions and the mobilization of international support, in a process that had a profound and lasting impact on the region, shaping the geopolitical landscape of the Middle East.

Key words: Zionism. Jews. Palestine. Nationalism. Anti-Semitism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa do antissemitismo na Europa	27
Figura 2	Plano Sykes Picot	47
Figura 3	Plano de partilha da Palestina	83

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1	Censo Palestina 1922	59
Tabela 2	Censo Palestina 1931	66
Tabela 3	Votação da Resolução 181	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ILAACH	Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História
ONU	Organização das Nações Unidas
OSM	Organização Sionista Mundial
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNSCOP	Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1: ENTRE ANTISSEMITISMO E NACIONALISMO	22
1.1 O JUDEU VISTO COMO UM CORPO ESTRANHO	22
1.2 O SIONISMO CONSTRUÍDO	26
1.3 AS ASPIRAÇÕES SIONISTAS	33
CAPÍTULO 2: O MANDATO BRITÂNICO E AS CONEXÕES SIONISTAS	45
2.1 A FRAGMENTAÇÃO DO IMPÉRIO OTOMANO	45
2.2 A PALESTINA E OS SIONISTAS	52
2.3 SIONISMO: VERTENTES E RESISTÊNCIAS	57
CAPÍTULO 3: Uma PALESTINA EM TRANSFORMAÇÃO	71
3.1 O LIVRO BRANCO DE 1939 E A CRISE DO LAR NACIONAL	71
3.2 HOLOCAUSTO E A EXPANSÃO SIONISTA	76
3.3 A PARTILHA DA PALESTINA PELA ONU	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	92

INTRODUÇÃO

As relações entre Israel e Palestina estão entre os assuntos que, no período contemporâneo, suscitam fortes sentimentos antagônicos. O tema atrai entusiastas dos dois lados, de um lado: grupos defendem o direito de Israel existir, baseado, muitas vezes, nas perspectivas religiosas em que se defende Israel como a nação escolhida; por outro lado, grupos defendem o direito à autodeterminação dos palestinos e de um Estado próprio.

A presente pesquisa de Mestrado concentra-se na análise dos projetos de Estado israelense construídos pelo movimento sionista. O sionismo, em linhas gerais, foi o movimento que objetivava o estabelecimento de um Estado judeu soberano em um território administrado pelos próprios judeus. De acordo com Bartel (2006, p. 18), Herzl, o pai do sionismo moderno, afirmava que “a questão judaica não era nem social, nem política e sim nacional”, pois “o antissemitismo só seria resolvido através da criação de um Estado Nacional Judaico”. Dessa forma, o sionismo como movimento político nacionalista constrói projetos de Estados judeus como uma forma de emancipação política dos judeus.

O objetivo dessa pesquisa é pensar como o movimento sionista idealizou a construção de um Estado judeu. Diante desta investigação percebe-se que o sionismo não foi um movimento homogêneo com apenas um projeto de Estado, mas sim projetos de Estados *no plural*. Assim, o sionismo pode ser analisado sob a perspectiva de projetos sionistas.

Com base nessa problemática, a pesquisa busca investigar os projetos de um Estado judeu idealizado pelo movimento sionista, no século XX. Para tanto, essa dissertação se articula no recorte temporal de 1917 (ano da Declaração de Balfour) até a declaração de independência de Israel, em 1948. A escolha desse recorte temporal se dá pelos eventos históricos e políticos que se desdobraram nesse período. Em 1917, o governo britânico - encabeçado pelo então ministro das relações exteriores Arthur Balfour - elaborou a declaração de Balfour na qual afirmava ser simpático ao estabelecimento de um Estado judeu dentro do território palestino que estava sob controle Otomano.

Essa declaração não agradou os palestinos que já viviam na região, pois a Palestina não era uma terra sem povo. Com o fim da Primeira Guerra Mundial

e a dissolução do Império Otomano, o território palestino passou ao controle britânico. A partir desse ponto, os ingleses flexibilizaram a migração de judeus europeus para a Palestina. Entre 1917 e 1948, eventos como as duas Guerras Mundiais, o colonialismo britânico no Oriente Médio, o aumento do antissemitismo na Europa e a migração em massa, resultante da perseguição nazista durante o Terceiro Reich, influenciaram diretamente a construção e o crescimento do movimento sionista, além de legitimar suas ideias. Ainda que alguns desses eventos tenham ocorrido em regiões geograficamente distantes, as ideias do sionismo transcenderam fronteiras. Esses processos foram cruciais tanto para o nascimento do Estado de Israel quanto para a consolidação do movimento sionista nesse período.

Diante do crescimento do sionismo, e de suas várias vertentes, cabe ressaltar os principais projetos então existentes, encabeçados pelo sionismo trabalhista e pelo revisionista. Nesse sentido, os objetivos específicos deste trabalho são: compreender os planos de Estado que essas vertentes tinham para um Estado judeu; entender seus avanços em seus objetivos dentro do Mandato Britânico; analisar as resistências ao movimento político em questão, uma vez que, durante o período analisado neste trabalho, foram criadas resistências judaicas ao sionismo.

As temáticas do sionismo e das resistências a tal fenômeno ainda são pouco estudadas no Brasil. Contudo, alguns trabalhos de grande relevância surgiram nos últimos anos. Exemplos disso são as obras de Salgado (2017), Bartel (2006), Gomes (2001), Pinsky (1999) e da historiadora Arlene Clemesha (2025), que ressaltam como marxistas viam a questão judaica (inclusive com alternativas em oposição ao sionismo).

A cientista política Gomes (2001) pesquisou sobre a construção do Estado de Israel. O objetivo de seu trabalho foi compreender, dentro do ponto de vista da política internacional, os fatores políticos que foram implementados para a fundação de Israel no território da Palestina, provocando um dos mais prolongados conflitos da história contemporânea. A autora expõe como a criação de Israel, decidida na ONU em 1947, violou os direitos fundamentais do povo árabe palestino garantidos pela Carta das Nações Unidas e pelo Pacto da Sociedade das Nações – ambas fontes do Direito Internacional –, assim como violou o título jurídico adquirido pelos árabes através do acordo firmado com os países da Entente durante a Primeira Guerra Mundial, que garantia a independência da Palestina, posteriormente

frustrada pela Declaração de Balfour.

Gomes (2001) também analisa a conjuntura internacional desse período, marcada pela Guerra Fria, e considera que os principais atores do sistema internacional tinham plena consciência de que apoiar tal decisão – e levá-la a cabo – causaria a hostilidade dos países árabes, uma vez que a Liga Árabe declarou não reconhecer uma decisão que considerava ilegal. Gomes (2001) tem interesse em conhecer quais foram as expectativas e os ganhos que levaram os EUA, e URSS e outros países a assumirem os riscos e custos dessa decisão (Gomes, 2001, p. 3).

Salgado (2017) estudou, de forma enfática, as resistências ao sionismo no contexto do Mandato Britânico, demarcando como o contato entre a população nativa e os sionistas gerou conflitos. Mas não somente isso: também busca demonstrar como os movimentos políticos na Palestina criaram estratégias para se contrapor a qualquer projeto sionista. Dessa forma, surge a ideia de dois grupos políticos na Palestina conhecidos como Notáveis e Ativistas.

Obras gerais sobre a Palestina durante o mandato britânico traduzidas para o português – como as de Pappe (2016), Said (2012), Gilbert (2010) e Khalid (2024) – abordam o processo histórico de construção do Estado judeu de Israel, mas com enfoques bem distintos. Gilbert (2010) descreve esse processo, porém, concentra-se em uma narrativa nacionalista israelense, sem problematizar aspectos controversos da formação do Estado de Israel. Pappe (2016), por outro lado, demonstra em sua obra as problemáticas do Estado judeu, incluindo a expulsão dos palestinos de suas comunidades – o que o autor caracteriza como “limpeza étnica”.

Sobre a diferença entre esses dois historiadores, cabe destacar que, nos anos 1980, surge em Israel uma divisão na historiografia que tenta se desprender das narrativas nacionalistas, abrindo espaço para abordagens mais críticas. Esses estudiosos ficaram conhecidos como “novos historiadores” – e é dessa escola que emergiram nomes como Benny Morris, Tom Segev e Ilan Pappe. Tais intelectuais partiram de novas perguntas sobre a história israelense, especialmente acerca do papel dos britânicos e do próprio movimento sionista. A questão sobre as narrativas oficiais e a forma como se escreve a história de Israel e da Palestina influencia diretamente na construção das identidades e legitimação no presente. Nesse sentido, a historiografia torna-se parte do próprio campo de disputa sobre o sionismo.

O debate entre essa historiografia tradicional e dos novos historiadores permanece até hoje. Enquanto os tradicionalistas defendem a legitimidade do projeto sionista, os novos pesquisadores enfatizam as práticas coloniais bem como as expulsões e a marginalização da população árabe. Said (2012) e Khalid (2024) trabalham com a questão do contato entre sionistas e palestinos. Para tanto, descrevem como a identidade palestina surge e se afirma através do contato com os judeus recém-chegados ao território durante o mandato britânico – e, claro, sua resistência a qualquer projeto sionista. Todos esses autores são de grande importância para a construção dessa historiografia.

Com base no exposto anteriormente, sustenta-se que a presente pesquisa se insere nos estudos de história contemporânea. Segundo Napolitano (2021), tradicionalmente chama-se de história contemporânea tudo aquilo que ocorre após 1789 – ou seja, depois dos eventos da Revolução Francesa. Contudo, essa divisão é frequentemente questionada. Podemos identificar, por exemplo, que a própria expressão “história contemporânea” traz em si uma ambiguidade: como um tema pode ser histórico e contemporâneo ao mesmo tempo? Outra questão marcante nos estudos de história contemporânea diz respeito ao distanciamento necessário do historiador em relação ao período que estuda. Nesse sentido, entende-se que, quanto mais distante o historiador estivesse de seu objeto, melhor seria profissionalmente sua pesquisa.

Dentro dessa percepção, a própria ideia de história contemporânea foi dividida e passou a incluir a história do tempo presente e a história imediata. O primeiro termo indica o estudo de processos no quais os personagens ainda estão vivos e as memórias dos acontecimentos ainda estão em disputa acirrada, interferindo no debate social e político; o segundo termo, por sua vez, remete ao processo de construção do fato histórico no agora (Napolitano, 2021, p.11). Nesse contexto, a presente pesquisa está localizada dentro deste campo de estudo da história contemporânea, isto é, dentro das disputas pela memória acerca das questões sobre Israel e o sionismo, mas também dentro da perspectiva que enxerga como o sionismo ainda é um movimento em construção dentro do próprio Estado de Israel no século XXI.

A pesquisa justifica-se pela perspectiva de preencher uma lacuna nos estudos sobre o sionismo: compreender de forma explícita seus planos de Estado para a Palestina. Seguindo essa perspectiva, as fontes utilizadas serão

documentais e bibliográficas. Os documentos que constituem as fontes desta pesquisa são divididos em cinco categorias: a produção intelectual sionista, a documentação do mandato britânico, os censos populacionais da Palestina sob Mandato, o Livro Branco de 1939, bem como declarações parlamentares britânicas e da Comissão Árabe.

Desse modo, ao apresentar as fontes, inicio pela produção intelectual sionista na obra *O Estado Judeu*, de Theodor Herzl, primeiro texto a defender abertamente a construção de um Estado judeu. Na obra em questão encontra-se a gênese do movimento sionista, e deve ser analisada em seu contexto histórico de produção. Trata-se de um panfleto político que articula um projeto nacional, sendo fundamental para compreender não apenas a concepção de Estado dos primeiros sionistas, mas também as estratégias mobilizadas para torná-lo factível.

Como segunda fonte, utiliza-se a documentação oficial do Mandato Britânico da Palestina, que inclui artigos cruciais para a consolidação da migração judaica e, posteriormente, para a construção de um Estado nacional. Este documento está disponível na Biblioteca Jurídica Lillian Goldman da Universidade de Yale, que abriga digitalmente acervos de história, diplomacia e direito internacional. Sua relevância para esta pesquisa reside no fato de que os sionistas o utilizaram praticamente como uma constituição provisória antes da fundação formal do Estado de Israel, em 1948.

A terceira fonte consiste em dois censos populacionais da Palestina (1922 e 1931), disponíveis no site dos Arquivos Nacionais Britânicos. Esses censos registram não apenas o crescimento da população judaica durante o Mandato, mas também os critérios utilizados para categorizar a população nativa. Nessa perspectiva, reconhece-se que o censo não é um instrumento neutro de levantamento demográfico, mas uma ferramenta política – tanto que foi repetidamente boicotado pelas comunidades locais. De modo complementar, as declarações parlamentares na Câmara dos Comuns mostraram-se cruciais para analisar as contradições do governo britânico em relação ao sionismo.

Como quarta fonte, temos o documento conhecido como Livro Branco, responsável pela diminuição da migração judaica sob o mandato, a partir de 1939. Por fim, como quinta fonte, analisamos as declarações da Comissão Árabe, especialmente o documento de 1922, fundamental para compreender a percepção

da elite política palestina sobre o projeto sionista durante o Mandato.

Uma vez apresentadas as fontes, destaco que a dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro, intitulado “Entre antissemitismo e nacionalismo”, discuto como o antissemitismo moderno e a construção do nacionalismo europeu no século XIX serviram como combustível para o surgimento do sionismo político. Este capítulo busca esclarecer o conceito de antissemitismo moderno e suas conexões com a formação do Estado-nação e do nacionalismo.

Embora o recorte temporal principal desta pesquisa seja o século XX, é fundamental retornar ao final do século XIX para compreender as origens do sionismo – período em que também emerge o antissemitismo moderno, ainda em construção no final do século XIX. Entende-se que o auge do antissemitismo ocorreu com a “solução final” da Alemanha, em meados do século XX. Porém, a construção do antissemitismo remonta ao século XIX. Dedico, portanto, parte do primeiro capítulo à discussão das origens do antissemitismo, destacando as ideias primordiais dos primeiros sionistas, analisando como o contexto de nacionalismo e antissemitismo os influenciou. Para isso, mobilizo a produção intelectual sionista, a fim de examinar suas concepções de Estado, uma vez que é crucial compreender como essas ideias se desenvolveram na transição do século XIX para o XX.

No segundo capítulo, intitulado “O Mandato Britânico e as conexões sionistas”, o objetivo central é o demonstrar como o sionismo se consolidou como projeto político com o apoio do Império Britânico. Este capítulo dá ênfase às migrações judaicas para a Palestina e ao mesmo tempo a construção da identidade palestina em resposta ao contato com os recém-chegados judeus. Adicionalmente, propõe-se a analisar os planos políticos de Estado elaborados pelas correntes sionistas socialista e revisionista. Para tanto, utilizo a documentação oficial do Mandato Britânico, a fim de debater seus pontos centrais e suas articulações com o movimento sionista.

No terceiro e último capítulo, intitulado “Uma Palestina em transformação”, analisam-se os avanços e retrocessos das correntes sionistas revisionistas e socialistas com seus projetos de Estado, diante das limitações à migração judaica a partir de 1939 dentro do Mandato Britânico, em paralelo ao impacto da ascensão do nazismo sobre os judeus europeus. Por fim, abordarei nesse capítulo o processo de criação do Estado israelense a partir da Resolução 181 da ONU (1947), demonstrando como a ideia de um Estado judeu se consolidou

como realidade geopolítica. Para isso, utiliza-se como fonte neste capítulo a documentação oficial sobre a partilha da Palestina disponíveis nos arquivos da ONU de forma digital. Destaco, ainda, a produção intelectual tanto sionista como árabe que debate o contato com o sionismo. O objetivo central desse capítulo é evidenciar que, além de eventos históricos como o Holocausto, os contatos sionistas e suas conexões com os principais atores da ONU, como EUA e Reino Unido, foram fatores decisivos na legitimação internacional da construção do Estado de Israel.

CAPÍTULO 1: ENTRE ANTISSEMITISMO E NACIONALISMO

1.1 O JUDEU VISTO COMO UM CORPO ESTRANHO

Debater a história do antissemitismo não é o objetivo central desta pesquisa. Contudo, para compreender a "questão judaica" no contexto do surgimento do sionismo, é necessário destacar a diáspora judaica global e as manifestações de antissemitismo decorrentes dessa experiência. De forma objetiva, antissemitismo refere-se à aversão e discriminação contra povos semitas – o que, em tese, incluiria judeus e árabes. No entanto, o termo consolidou-se historicamente para designar especificamente a hostilidade contra judeus, tanto em sua dimensão religiosa como racial ou política:

Devemos, antes de tudo, subdividir antissemitismo em duas grandes fases principais. A primeira, que vai da Idade Antiga até o século XIX, é caracterizada pelo fato de que o Anti-semitismo afunda suas raízes na posição socioeconômica particular dos hebreus, que são conhecidos na sociedade como dotados de uma particular função econômica ou, pelo menos, de uma colocação bastante precisa. A segunda, que compreende, grosso modo, o período de 1850-1950 foi um período de rápida assimilação econômica e social dos judeus, e toca seu ápice quando estes se transformaram num dos componentes perfeitamente integrados da sociedade. Se estas são as características de fundo da posição hebraica, nas duas grandes fases da história do Anti-semitismo, uma outra diferença entre as duas épocas é dada pela superestrutura ideológica (ou "cultural", se de cultura se pode falar a propósito) que reveste o Anti-semitismo nos dois períodos: no primeiro, a partir do século IX d.C., o Anti-semitismo se recobre geralmente de motivações religiosas; no segundo, é o aspecto étnico e racial que sobressai (Bobbio *et al.*, 1998, p. 40).

Essa distinção é fundamental para compreender que, até a Idade Média, os judeus eram vistos primordialmente como um grupo étnico-religioso, mantendo coesão por meio da prática do judaísmo e de tradições específicas. Nesse contexto, a hostilidade direcionada a eles não se baseava em critérios raciais, mas sim na recusa em aceitar a fé dominante, o que reforçava sua condição de "outro" religioso. Essa diferença é relevante para o entendimento do sionismo, pois a transição para um antissemitismo de base étnica no século XIX – quando o judeu passou a ser identificado como "raça" – criou uma exclusão mais radical, sem possibilidade de reversão pela assimilação, pois, mesmo assimilado, o judeu ainda era visto como um grupo diferente.

O antissemitismo antigo está intimamente ligado à ascensão do cristianismo como religião oficial do Império Romano. A cristianização sob Constantino, em 312, não significou apenas uma nova fé para o império, mas também redefiniu o destino político e social dos judeus. Como afirma Veyne (2010), o distanciamento do cristianismo em relação ao judaísmo estruturou um processo de discriminação religiosa, baseado na acusação de deicídio.¹ Bauman (1998) complementa que os judeus não eram simplesmente infiéis, mas, sobretudo, pessoas que, de plena consciência, recusaram-se a aceitar a verdade da cristandade quando tiveram a chance de admiti-la"(Bauman,1998,p.71). Sua presença representava, portanto, um desafio constante à certeza cristã.

Esse antagonismo cristalizou-se em eventos como as expulsões de judeus não convertidos da Inglaterra (1290), França (1394) e Espanha (1492). É, portanto, nesse contexto que o antissemitismo se consolida entre o fim da Idade Média e o início da Idade Moderna, construindo os judeus como o “outro”:

Com os judeus, as coisas não são claras. O judeu da Antiguidade cristã era equívoco: não era pagão e, ao mesmo tempo, não era cristão; muitos séculos mais tarde, apesar de seu frequente patriotismo, o judeu será francês sem ser reconhecido como tal (Veyne, 2010, p. 151).

Com a passagem da Idade Média para a Era Moderna, uma mudança significativa ocorre: o antagonismo religioso começa a ceder espaço a hostilidades moldadas por novas categorias políticas e sociais. Como esclarece Arendt (2017), a história do antissemitismo integra a longa e complexa relação entre judeus e gentios desde a diáspora. No entanto, com o advento do Estado-nação, o judeu deixa de ser visto apenas como seguidor de uma religião distinta e passa a ser identificado como elemento alheio à comunidade nacional. Essa transformação reforça a centralidade da questão territorial e política na construção do sionismo.

Sendo assim, o fio condutor do antissemitismo moderno será o nascimento da ideia de “Nação”, pois os judeus, mesmo em processos de assimilação, ainda eram vistos como grupo específico. Como coloca Hobsbawm (2015), “os franceses eram franceses; os irlandeses, irlandeses”; contudo, para o judeu, persistia a identidade judaica como marca indelével. Esse novo

¹ Deicida, segundo Veyne (2010) foi um termo historicamente atribuído aos judeus, refere-se à acusação de que foram responsáveis pela morte de Jesus Cristo — o “assassinato de Deus”. Essa ideia, com raízes na tradição cristã antiga, fomentou séculos de antissemitismo.

antissemitismo está, portanto, inteiramente ligado ao processo de nascimento da Nação como ideia, principalmente no contexto europeu.

Seguindo nessa perspectiva, Bobbio *et al.* (1998) esclarecem que, com a ascensão do nacionalismo no século XIX, os judeus – já assimilados à cultura, religião e política, e sem funções econômicas específicas como anteriormente no comércio – passaram a ser vistos, à luz das novas teorias do nacionalismo e do racismo, como um corpo estranho e potencialmente eliminável devido à ênfase na natureza étnica (e não territorial) da comunidade nacional.

No que se refere ao nacionalismo, a base dos “nacionalismos de todos os tipos era igual: era a presteza com que as pessoas se identificavam emocionalmente com ‘sua’ nação e podiam ser mobilizadas, como tchecos, alemães, italianos ou quaisquer outras, presteza que podia ser explorada politicamente” (Hobsbawm, 2015, p. 207). Ainda em relação ao nacionalismo, é necessário retomar a ideia do judeu visto como um corpo estranho dentro do Estado, pois “eles até então não formavam uma classe nem pertenciam a qualquer das classes nos países em que viviam. Como grupo, não eram nem trabalhadores nem gente da classe média, nem latifundiários, nem camponeses” (Arendt, 2017, p. 25).

No século XIX, as profundas transformações políticas e sociais impulsionadas pelo surgimento do nacionalismo europeu tiveram impactos significativos sobre grupos minoritários, entre os quais se destacam os judeus. A relação entre judeus e nacionalismo revela uma tensão: embora tenham sido formalmente assimilados em algumas nações europeias, essa assimilação mostrou-se insuficiente para dissolver os preconceitos culturais persistentes.

Conforme aponta Arendt (2017), embora os judeus tenham sido formalmente assimilados em várias sociedades europeias, a inclusão ocorreu de maneira precária e limitada, marcada por um antissemitismo velado que impedia a plena emancipação política. Essa condição revela a contradição inerente ao nacionalismo moderno: ao construir identidades nacionais homogêneas, excluía aqueles que não se enquadravam em sua definição cultural e étnica. Para Arendt (2017, p. 75), essa dinâmica está enraizada na própria existência do nacionalismo, que rejeita o universalismo em prol de uma identidade única, colocando os judeus no paradoxo de cidadania legal versus exclusão social constante.

Essa análise é corroborada por Hobsbawm (1990), que caracteriza o nacionalismo do século XIX não como manifestação natural de identidade, mas

como uma construção social e imaginativa para a consolidação dos Estados-nação. Nesse contexto, a ausência de uma identidade única dos judeus com essas nações tornava sua inclusão na narrativa nacional problemática, pois a lógica nacionalista os mantinha como minoria distinta, vista como estrangeira dentro dos territórios onde viviam (Hobsbawm, 1990, p. 124).

Essa percepção não era natural, mas um efeito estrutural do nacionalismo, que associava a noção de nação a uma origem comum e a uma homogeneidade cultural quase imutável. Anderson (2008) complementa essa compreensão ao afirmar que as nações são “comunidades imaginadas”, construídas por narrativas simbólicas que demarcam fronteiras entre os que pertencem à nação e os que não pertencem. Diante disso, os judeus, vistos como culturalmente diferenciados, ocupavam uma posição ambígua – simultaneamente dentro e fora da nação (Anderson, 2008, p. 50). Essa exclusão simbólica e social influenciou o surgimento de ideias para o sionismo, ainda que este não tenha sido, inicialmente, um plano consolidado.

O sionismo, nesse contexto do nacionalismo europeu, foi além de um movimento de retorno territorial: constituiu uma crítica direta aos critérios culturais rígidos de pertença nacional. Buscava romper com a condição de estrangeiro. No entanto, mesmo como reação ao nacionalismo e ao antissemitismo do século XIX, o próprio movimento sionista carregava um caráter nacionalista, porém com perspectivas específicas para os judeus. Portanto, a análise dessas perspectivas revela que o nacionalismo moderno, ao privilegiar a homogeneidade da nação e excluir diferenças culturais, colocou os judeus em uma posição complexa dentro dessas sociedades.

De todo modo, retomando Bauman (1998), os judeus eram, até então, um grupo não nacional. Por toda parte, constituíam um lembrete constante da relatividade e dos limites da identidade individual e do interesse comum dos grupos, que os critérios de nacionalidade deveriam determinar com absoluta autoridade. Dentro de cada nação, eram vistos como o “inimigo interno”. Logo, a figura do judeu em determinadas nações – como França, Alemanha e Polônia – colocava um limite tangível na pertença desses grupos ao Estado-nação.

1.2 O SIONISMO CONSTRUÍDO

Diante do processo de construção do nacionalismo europeu que demandava uma origem comum para a fundação do Estado-nação, alguns judeus buscaram alternativas para sua inserção política. Um primeiro intelectual a formular a ideia de um Estado judaico foi Leon Pinsker (1821-1891), fundador dos "Amantes de Sião". Este grupo foi criado essencialmente em resposta aos *pogroms*² na Rússia e pode ser considerado um precursor do que depois seria o sionismo moderno. Pinsker começou a interessar-se pela questão judaica a partir de sua percepção da difícil situação dos judeus em território russo onde residia e de sua própria experiência de ser sistematicamente visto como o "outro".

Pinsker argumentava que a situação judaica era insustentável e que a tentativa de harmonia com outros grupos permanecia um sonho distante. A busca por integração às pátrias onde viviam representava um desafio intransponível, pois, como afirma o autor, o judeu é humilhado pois sua pátria é terra alheia; a unidade do judeu é a diáspora, ou seja, a ausência de um território próprio e a dispersão geográfica constituíam elementos fundamentais do sofrimento judaico (Pinsky, 2024, p. 167).

Leon Pinsker entendia que os judeus só estariam livres de discriminação se possuíssem uma terra própria onde não fossem indesejados. Entretanto, não considerava que esse território necessariamente devesse ser a Terra Santa, mas sim uma terra adequada para estabelecer uma pátria judaica (Pinsky, 2024, p. 163). Em 1882, durante o auge dos *pogroms* russos, Pinsker publicou "*Autoemancipação*", obra na qual desenvolveu essa proposta. A importância deste trabalho reside no fato de ter sido a primeira vez, no século XIX, em que se articulou sistematicamente a ideia de um Estado para os judeus.

Segundo Pinsky (2024), Pinsker argumentava que, embora existissem judeus espalhados pela diáspora, não havia uma nação judaica consolidada. O autor não idealizava um local geográfico específico para esse Estado, mas sua obra pode ser caracterizada como pré-sionista. É crucial compreender que o texto foi produzido no contexto dos *pogroms* russos,

² Pogrom, termo de origem russa que significa 'devastar'. De acordo com Schama (2024), refere-se a ataques violentos contra comunidades judaicas. Tornou-se célebre pelos episódios ocorridos no Império Russo, sobretudo nas ondas de 1881–1884 e 1903–1906, marcados por saques, destruição e assassinatos, muitas vezes com a conivência das autoridades.

no caso Dreyfus na França, mas como uma necessidade de sobrevivência física diante da exclusão geográfica europeia.

O antissemitismo latente na Europa manifestou-se emblematicamente no Caso Dreyfus (1894), quando o oficial francês Alfred Dreyfus foi condenado por traição e preso na Ilha do Diabo, na Guiana Francesa. Especulava-se que Dreyfus havia divulgado informações sigilosas para o exército alemão. O caso tornou-se marcante na opinião pública francesa porque Dreyfus, além de francês, era judeu. Mais do que um processo judicial, o episódio transformou-se em um fenômeno político e midiático que expôs fissuras profundas de antissemitismo na sociedade francesa da Terceira República.

Embora Dreyfus tenha sido posteriormente perdoado das acusações, o caráter antissemita do julgamento permaneceu como aspecto marcante. Dreyfus não era julgado apenas como francês, mas sobretudo como judeu. Como já explicitado anteriormente, os judeus representavam um corpo estranho que, mesmo assimilado, despertava estranhamento dentro dos Estados nacionais europeus. Na França do final do século XIX, essa realidade não era diferente.

Dentro da sociedade francesa, segundo Clemesha (2025), a população judaica cresceu espontaneamente no século XIX, muito em virtude da imigração de judeus originários da Polônia e da Rússia. Essa população concentrava-se predominantemente na região da Alsácia-Lorena na época parte da Alemanha sem essa migração, a presença judaica na França seria praticamente inexistente. Sua assimilação à comunidade francesa ocorreu de forma relativamente rápida, precisamente por tratar-se de uma população reduzida em quantidade.

Diante disso, a identidade judaica de Dreyfus tornou-se um marcador central nas acusações de traição. Este episódio revelou que o antissemitismo, longe de ser meramente um resquício medieval, permanecia ativo e era perfeitamente capaz de mobilizar a opinião pública mesmo em sociedades modernas (Arendt, 2017).

Nesse sentido, o caso Dreyfus mostrou-se decisivo para a formação intelectual e política de Theodor Herzl (1860-1904), que viria a ser reconhecido como o pai do sionismo político. Nascido em 1860, em Budapeste, no seio de uma família judia abastada e assimilada, Herzl teve uma formação escolar inicialmente vinculada ao judaísmo, mas logo afastou-se do ensino religioso tradicional,

orientando-se para as humanidades. Em 1891, tornou-se correspondente do jornal *Neue Freie Presse*, o que lhe possibilitou ser enviado a Paris como correspondente internacional. Foi durante esse período que teve contato direto com o Caso Dreyfus. A profunda polarização que testemunhou na sociedade francesa foi fundamental para sua transformação política.

Herzl, que até então se sentia integrado à sociedade de seu tempo, teve sua perspectiva transformada pela experiência em Paris. Esta vivência fez com que ele percebesse a necessidade de buscar alternativas para resolver o "problema judaico". Foi nesse momento que Herzl começou a traçar possíveis soluções para os judeus. De acordo com Pinsky (2024), Herzl considerava então duas opções principais para enfrentar o "problema judaico": a primeira seria a assimilação, e a segunda, a imigração.

A assimilação através da educação dos grupos judaicos mostrou-se de difícil efetivação, pois demandaria tempo considerável e, além disso, partindo do pressuposto de que os judeus apresentavam particularidades distintas em cada região geográfica onde estavam presentes, essa ideia foi gradualmente abandonada. Desse modo, Herzl voltou-se para a segunda opção: a emigração. Foi com base nessas reflexões que Theodor Herzl publicou, em 1896, o livro "O Estado Judeu".

Quando Herzl lançou "O Estado Judeu", em 1896, apresentou em suas páginas um plano concreto para resolver o "problema judaico". Cabe ressaltar que Theodor Herzl não foi o primeiro a conceber um Estado judaico, pois, como visto anteriormente, Leon Pinsker já havia explorado essa perspectiva. Contudo, Pinsker não havia especificado uma localização geográfica definida. O intelectual Ben Halfpern (1969) destaca a relevância de Herzl para o povo judeu de sua época, argumentando que o escritor não apenas defendeu explicitamente o sionismo como alternativa ideológica para o problema judaico, mas também desenvolveu políticas ativas para obter reconhecimento internacional, embora o sionismo não fosse uma unanimidade entre os judeus daquele contexto.

Existem algumas características comuns entre Theodor Herzl e Leon Pinsker. Ambos apostaram na ideia de uma pátria judaica como solução para a questão dos judeus. Contudo, conforme destaca Pinsky (2024), Pinsker não possuía o carisma necessário para implementar concretamente essas ideias – lacuna que Herzl viria a preencher com sua obra.

Quanto à obra “O Estado Judeu” de Herzl, se a sintetizássemos em sua essência, seu plano era bastante simples: a conquista de um território para estabelecer um Estado judeu. Em sua autobiografia, logo no início da obra, Herzl relata que, durante o processo de escrita, compartilhou suas leituras e reflexões com um amigo próximo. A reação, porém, foi diferente do esperado: Herzl menciona que seu amigo ficou consternado quando ele disse que chorava por um motivo bastante diferente. Ele achava que eu havia enlouquecido, e, por ser meu amigo, estava aflito por minha desventura. Saiu correndo, sem dizer mais nada" (Herzl, 1998, p. 3).

Esse episódio é bastante revelador para compreender como o projeto de um Estado judeu era percebido como audacioso e gerava profundos conflitos entre diferentes grupos. Outros aspectos da obra também merecem destaque, particularmente sua análise das causas do antissemitismo:

Já não vamos falar das causas sentimentais, preconceitos arraigados e estúpidos mas, sim, das causas políticas e econômicas. Não se deve confundir o anti-semitismo de hoje com o ódio religioso que se tinha dos judeus em épocas passadas, embora o ódio aos judeus ainda tenha, na atualidade, um matiz religioso. É muito diferente a tendência do movimento anti-semita moderno. Nos países onde reina o anti-semitismo, este é consequência da emancipação dos judeus. Quando os povos civilizados se deram conta de quão desumanas eram as leis de exceção, nos puseram em liberdade; mas a libertação veio mais tarde. Já não era possível nos emanciparmos legalmente onde havíamos residido até então. No gueto, nos tornamos um povo formado por indivíduos da classe média e, ao sair de lá, fomos obrigados a fazer uma terrível concorrência à classe média. De sorte que, pouco depois da emancipação, nos encontramos de repente no círculo da burguesia, tendo de suportar uma pressão dupla: interna e externa. A burguesia cristã não teria reparos a fazer se nos olhássemos no interesse do socialismo; mas isto tampouco resolveria a situação. Contudo, já não se pode anular a igualdade dos judeus perante a lei lá onde esta existe. Não somente porque seria contrário à consciência moderna mas, também, porque empurraria todos os judeus, ricos e pobres, para os partidos subversivos. Na realidade, todos os meios empregados contra os judeus são ineficazes (Herzl, 1998, p. 20).

Nessa passagem, Herzl destaca sua percepção sobre as origens do antissemitismo, que, em sua definição, não possuía um fundamento essencialmente religioso nesse contexto específico do século XIX, mas centrava-se na condição dos judeus da época particularmente sua emancipação política. É importante ressaltar que os judeus enfrentavam limitações significativas em suas sociabilidades. Contudo, com sua emancipação política, adquiriram formalmente os mesmos direitos, sem que isso resultasse em pertencimento pleno. Na prática, o judeu deixava de ser discriminado religiosamente, mas passava a sê-lo culturalmente.

Um ponto que também merece consideração é o receio de Herzl de

que a negação de direitos plenos aos judeus poderia empurrá-los para partidos subversivos. Quais seriam esses partidos? No contexto social em que Herzl produziu seu texto, ele próprio um conservador bastante contrário ao socialismo, os trabalhadores judeus não se alinhavam com as classes abastadas judaicas. Dessa forma, viam no socialismo uma possibilidade de enfrentamento do antissemitismo. De acordo com Clemesha (2025), um partido particularmente importante desse período foi o Bund³, que veremos mais à frente.

Em “O Estado Judeu”, Herzl, ao traçar estratégias para um Estado nacional judaico, inspira-se consideravelmente nos Estados nacionais europeus. A solução para o problema judaico, isto é, para o antissemitismo que afetava tanto as classes abastadas como as mais pobres, seria a emigração dos judeus para um local onde pudessem recomeçar suas vidas. Como ele próprio afirma: "Deveria ser concedida soberania sobre uma porção da superfície da terra adequada para essas necessidades e as nossas justas ambições de povo: todo o restante, nós mesmos o proveremos" (Herzl, 1998, p. 23).

Herzl também compartilha que, para realizar esse projeto de Estado Judeu, seria necessária a criação de duas agências responsáveis por sua construção: a *Society of Jews* e a *Jewish Company*. A *Society of Jews* ficaria encarregada da aquisição de terras de acordo com o direito internacional, cabendo a cada uma delas trabalhar especificamente para a edificação do Estado. A *Jewish Company*, por sua vez, iria dedicar-se à liquidação dos bens dos judeus imigrantes e à organização da vida econômica no novo país (Herzl, 1998, p. 32). Mas sua atuação não se limitaria a isso: a *Jewish Company* também seria responsável pela colonização do futuro Estado, como o próprio autor detalha:

A Jewish Company foi concebida, em parte, conforme o modelo das grandes companhias colonizadoras: uma Chartered Company judaica se quiserem, só que não tem faculdade para o uso dos direitos de soberania, e não persegue somente fins colonizadores. A Jewish Company será fundada como uma companhia por ações, com caráter de entidade jurídica, de acordo com as leis inglesas e sob a proteção da Inglaterra. Terá sua sede central em Londres. Não posso agora precisar o montante do capital em ações. Nossos numerosos e hábeis financistas farão os cálculos correspondentes. Mas, para não falar em termos vagos, direi que precisamos de 1 bilhão de marcos. A quantidade que se haverá de desembolsar, ao iniciarem-se as atividades, dependerá da maneira como se procurará o dinheiro, o que examinaremos mais adiante. A Jewish Company

³ O Bund (abreviação de União Geral dos Trabalhadores Judeus da Polônia, Lituânia e Rússia) era uma organização judaica dentro do partido social-democrata da Rússia. A discussão sobre o Bund será aprofundada na página 41.

é uma instituição transitória. E uma empresa puramente comercial, que sempre deverá ser cuidadosamente distinguida da Society of Jews. A Jewish Company tem por objetivo, em primeiro lugar, liquidar os bens imóveis dos judeus emigrantes. O modo como isto se realizará evitará a crise, assegurará a cada um a sua parte e possibilitará aquela migração interna a que já nos referimos (Herzl, 1998, p. 27).

Dentro dessa percepção da entidade jurídica que a *Jewish Company* teria, as percepções coloniais também começam. Inclusive, é nesse processo que se pensa em possíveis Estados para o estabelecimento de uma pátria judaica - Argentina, Uganda e Palestina eram exemplos. Theodor Herzl faz uma leve menção à Argentina, que ele destaca ser uma potência. Segundo Herzl, a República Argentina teria o maior interesse em ceder-nos uma porção de terra (Herzl, 1998, p. 23). Ele destaca as antigas migrações para a Argentina e suas terras boas para atividades agrícolas, além da diferença radical entre aquela e a nova imigração judaica⁴ (Herzl, 1998, p. 24). A Argentina possui a maior comunidade judaica da América do Sul; diante disso, um Estado judeu em terras sul-americanas era uma opção a ser discutida. Entretanto, como veremos adiante, essa ideia foi deixada de lado.

Uganda, que nesse contexto estava sob domínio britânico, também era uma opção. Contudo, as populações originárias ugandesas tinham uma forte rejeição à migração europeia nessa região. Cabe mencionar uma obra interessante desse contexto colonial de Uganda: "África Oriental e Uganda, ou Nossa Última Terra"⁵ de John Cathcart Wason. (WASON, 1905) O autor em questão, foi um político escocês que, nesta obra de 1905, interessou-se bastante por assuntos coloniais e estava particularmente preocupado com o que via como má administração do governo britânico na África Oriental Britânica e no Protetorado de Uganda.

O autor considerava o território de Uganda como um dos últimos territórios no império onde a Grã-Bretanha poderia criar colônias prósperas de imigrantes das Ilhas Britânicas, seguindo o modelo de nações ligadas como Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Wason ficou especialmente indignado com os relatos da oferta do governo ao Congresso Sionista Mundial de terras na África Oriental

⁴ A migração de judeus para a Argentina no século XIX, como ressalta Gilbert (2002), foi um fenômeno impulsionado por perseguições na Europa Oriental, principalmente na Rússia. Buscando refúgio e oportunidades, milhares de judeus, em sua maioria ashkenazim, se estabeleceram no país sul-americano, criando colônias agrícolas em províncias como Entre Ríos e Santa Fé. Essas colônias foram fundamentais para a assimilação e o desenvolvimento da comunidade judaica argentina, que se tornou a maior da América Latina.

⁵ WASON, John Cathcart. *East Africa and Uganda, or, Our Last Land*. Londres: Francis Griffiths, 1905. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2021666844/>. Acesso em: 25 mar. 2026.

Britânica para estabelecer uma colônia judaica, a ser povoada principalmente por imigrantes da Europa Oriental. Em 1905, Wason viajou para a África para investigar essa questão. A obra tem um caráter bastante colonial, mas sobretudo mostra o papel inglês no estabelecimento de terras para os sionistas - papel que será crucial na passagem do século XX, mas que nesse contexto ainda não era tão relevante. Depois de considerar algumas opções para um Estado judeu, um lugar específico chamou mais atenção por conta do passado histórico: no caso, a Palestina.

1.3 AS ASPIRAÇÕES SIONISTAS

Em 1897, aconteceu o primeiro congresso sionista na Basileia. Esses congressos ofereceram um espaço para que simpatizantes das ideias de Herzl (ou, pelo menos, da ideia de um Estado judeu) participassem, expressassem suas opiniões e as discutissem. No período anterior à Segunda Guerra Mundial, os congressos aconteciam de forma anual. Nessas reuniões, era comum serem divulgadas as pautas, que eram variadas. O primeiro, por exemplo, foi marcado como o momento em que Herzl apresentaria aos seus companheiros qual era a ideia do sionismo. Um documento com o cronograma do congresso sionista foi divulgado, intitulado *Arbeits-Programm: Erster Zionisten-Kongress, Basel 1897*.⁶ A pauta do primeiro congresso sionista foi iniciada com o discurso de boas-vindas de Theodor Herzl a todos os delegados presentes.

Depois, houve palestras sobre o que era o sionismo e a situação dos judeus na Europa, principalmente encabeçadas por outro intelectual, Max Nordau (1849-1923), que esteve presente no primeiro congresso. A participação de Herzl também gerou um conflito: ele apresentou a proposta do governo britânico de estabelecer um Estado judeu em Uganda. Os oponentes rejeitaram qualquer proposta de estabelecer um Estado judeu fora das fronteiras da Terra de Israel⁷, como eles costumavam chamar.

Max Nordau inclusive não era contra essa ideia de um Estado judeu em Uganda, pois a viu como uma solução temporária para os judeus que eram perseguidos na época. No entanto, essa proposta não foi aceita. Depois de várias

⁶ Arbeitsprogramm: Erster Zionistenkongress, Basel, 1897.

⁷ Para os sionistas, segundo Gilbert (2002) a Terra de Israel ou (*Eretz Israel*) era vista como a pátria histórica e espiritual do povo judeu, legitimando o projeto de retorno e estabelecimento de um Estado judeu moderno nessa região.

discussões nos congressos, foi decidido que a Palestina seria o melhor lugar para um lar nacional judaico. E é nessa perspectiva que outra pauta do congresso foi exatamente falar sobre a Palestina, que nesse primeiro congresso já aparecia como uma solução para o problema judaico⁸, de acordo com Schama (2024).

Quem ficou responsável por falar sobre essa questão foi o Dr. Schnirer, que descreveu como poderia ser a colonização da Palestina. Em alguns pontos: primeiro com a aquisição de terrenos, estabelecimento de colônias, e claro, a importação e exportação de bens. Isso demonstra, que o movimento desde seu primeiro congresso, já estava focado em ações concretas e na construção de uma presença física na terra. A agenda conclui com a discussão da "Literatura Hebraica", sublinhando que o renascimento cultural e linguístico era visto como parte integrante do projeto nacional (Pinsky, 2024)⁹.

Os sionistas faziam de tudo para concretizar esse objetivo. Após a publicação do livro de Herzl, a agitação, a discussão e a antecipação desencadearam-se entre os judeus da Europa. Muitos opunham-se totalmente à ideia de um Estado judaico, temendo que, se se concretizasse, os que não gostavam dos judeus insistissem para que eles fossem para lá (Gilbert, 2002, p. 265). Para além do temor de um aumento da estigmatização, uma parcela de judeus religiosos foi totalmente avessa à ideia do sionismo porque entendia que os sionistas pretendiam fazer o que o messias - que, segundo a fé judaica, os levará para a terra prometida - deveria fazer. Nesse caso, o sionismo, com um caráter altamente secular, estava tentando assumir esse papel. Portanto, principalmente os ortodoxos não apoiaram as aspirações sionistas nesse primeiro momento.

O primeiro congresso sionista contou com quase duzentos delegados, muitos deles vindo da Rússia. Herzl foi o presidente do congresso e discursou sobre como era importante resolver o problema judaico. Cabe ressaltar que os primeiros congressos sionistas não foram um sucesso de público. Pelo contrário, já que o sionismo era algo marginal dentro da comunidade judaica em seu estágio inicial. Apesar de o primeiro congresso sionista não ter representado uma mudança de paradigma na sociedade judaica, teve seus objetivos explícitos demonstrados para esclarecer o que era o sionismo e seus anseios. Foi nesse congresso que a Palestina, que até então estava sob domínio otomano, foi

⁸ O primeiro congresso na Basileia foi conduzido em língua alemã, Segundo Laquer (1972).

⁹ Arbeitsprogramm: Erster Zionistenkongress, Basel, 1897.

escolhida como nação principal para o estabelecimento de um Estado para os judeus, segundo Schama (2024).

Para um maior entendimento do sionismo nos seus primórdios, no final do século XIX, é necessário esclarecer alguns aspectos. Primeiro, que o sionismo é visto por alguns historiadores mais críticos como Pappe (2016) com características coloniais. Por outro lado, a historiadora Shapira (2025) vê o sionismo como um movimento nacionalista que surge de uma exposição à modernidade e à educação secular. O sionismo, dessa forma, não era diferente de outros nacionalismos em construção na Europa.

O diferencial deste movimento reside na transição do plano das idealizações para a prática política concreta. Para que o projeto sionista se materializasse, tornou-se importante o alinhamento ao colonialismo britânico, obtendo apoio institucional para as políticas migratórias, especialmente no contexto da Palestina sob Mandato Britânico. Este processo será detalhado adiante no próximo capítulo.

O historiador Ilan Pappe (2016) vê o sionismo como movimento colonial com aspectos próximos de uma colônia de povoamento.¹⁰ A interpretação do sionismo como um movimento detentor de características coloniais é algo posterior à criação de Israel. Segundo Pappe (2016), podem-se observar três aspectos diferentes de uma colônia tradicional: o primeiro aspecto se refere ao fato de que os colonos necessitam de um império como ajudante da manutenção da estadia inicial dos grupos recém-chegados. Nesse caso, esse papel foi assumido pelos britânicos, como veremos mais à frente. O segundo aspecto é que, em geral, os colonos não necessariamente fazem parte do Estado que está proporcionando sua migração. Por fim, é importante notar como esses movimentos que pensam em expansão territorial sempre utilizam da “lógica de eliminação”, como afirma (Pappe, 2016, p. 87).

Cabe ressaltar que essa lógica também cria argumentos sobre o outro que se quer dominar. Nesse caso, a perspectiva dos sionistas também será construída nesse contato com os nativos. Há, ainda, uma visão sobre as

¹⁰ Colônias de povoamento, segundo Wolfe (2006), eram territórios colonizados que tinham como objetivo principal a fixação de pessoas da metrópole. Diferente das colônias de exploração, elas se desenvolviam de forma mais autônoma, com a produção voltada para o mercado interno, a formação de um mercado consumidor e a criação de uma sociedade similar à europeia. Um exemplo clássico é a colonização inglesa na América do Norte, que deu origem aos Estados Unidos e ao Canadá.

populações nativas da Palestina como bárbaras ou estrangeiras, como muito bem coloca Pappe (2016) sobre Theodor Herzl quando este expõe suas pretensões em relação à Palestina:

A Palestina é a nossa pátria histórica inolvidável. O simples ouvir citar o seu nome é um chamado poderosamente comovedor para nosso povo. Se Sua Majestade, o Sultão, nos desse a Palestina, nós nos comprometemos a sanear as finanças da Turquia. Para a Europa, formaremos ali parte integrante do baluarte contra a Ásia: constituíram a vanguarda da cultura na sua luta contra a barbárie. Como Estado neutro, manteríamos relações com toda a Europa que, por sua vez, teria de garantir nossa existência. Quanto aos Lugares Santos da cristandade, poder-se-ia encontrar uma forma de extraterritorialidade, de acordo com o direito internacional. Montaremos uma guarda de honra ao redor dos Lugares Santos, respondendo com nossa existência ao cumprimento deste dever. Tal guarda de honra seria o grande símbolo da solução do problema judaico, depois de dezoito séculos de sofrimento para nós (Herzl, 1998, p. 24).

Herzl tem um grande entusiasmo quando se fala da Palestina, quando afirma seu valor simbólico para os judeus. Nesse mesmo contexto, ele fala também da barbárie, demonstrando como entendia os grupos que ali viviam. O Império Otomano era marcado por diversidade cultural; no entanto, seu foco era na região geográfica da Palestina, quando de forma bem explícita pensa literalmente na entrega da Palestina, inclusive colocando como essa parceria pode ser benéfica para o império. Contudo, não demonstra uma preparação para o contato com as populações nativas que ali estavam.

A Palestina, como destaca Pappe (2016), não era diferente das outras nações árabes que faziam parte do Império Otomano, nem estava simplesmente escondida ou de difícil acesso. Então, quando Theodor Herzl destaca como seria benéfica a presença judaica na região, ele se referia a um lugar bem integrado a rotas de circulação de bens, pessoas e ideias.

Um outro ponto que deve ser entendido sobre o sionismo, após localizarmos suas conexões. Um ponto crucial para compreender o sionismo é que, embora o movimento utilize a narrativa religiosa da 'Terra Prometida', a religião em si não operava como motor de fé para suas lideranças, majoritariamente seculares. O papel da religião dentro do sionismo deve ser entendido, prioritariamente, como um marcador de identidade nacional. Como os judeus eram excluídos dos nacionalismos europeus — que se baseavam em uma ideia de 'origem comum' étnica —, o sionismo surgiu da necessidade de construir um nacionalismo próprio.

Diante desse processo, a religião foi resignificada: ela deixou de ser

apenas um sistema de crenças para ocupar o lugar da 'origem comum' necessária para fundamentar a nação judaica. Theodor Herzl ilustra essa transição ao afirmar que 'a fé nos mantém unidos, a ciência nos torna livres' (Herzl, 1998, p. 61), reforçando que a herança religiosa servia como o elo político de um projeto que visava, acima de tudo, a autodeterminação secular frente à exclusão europeia.

Shapira (2025)¹¹ ressalta que uma das características dos movimentos nacionais europeus é a busca por uma legitimidade e, de certo modo, essa legitimidade se baseia numa genealogia que atesta a antiguidade de uma nação, e seu direito histórico ao território e à soberania. Nesse contexto, a genealogia do povo judeu se baseia na perspectiva bíblica, o que de algum modo representa um paradoxo, pois até o século XIX esta era considerada secundária em relação às leis orais judaicas (Shapira, 2025, p.33).

Diante disso, a própria ideia de retorno dos judeus ao seu lar ancestral como primeiro passo para a redenção do mundo parece ter se originado junto ao grupo específico de protestantes ingleses evangélicos, que floresceu na Inglaterra na década de 1840. Foram eles que passaram adiante essa noção para os círculos judaicos (Shapira, 2025, p.34).

Nesse caso, o passado religioso está vinculado à tentativa de vincular o pertencimento dos judeus a algo em comum, assim como é o nacionalismo europeu. Um intelectual contemporâneo crítico das ideias de Theodor Herzl sobre o Estado foi Ahad Haam (1857-1927), que inaugurou uma ideia de sionismo cultural.¹² A ideia de Ahad Haam, segundo Pinsky (2024), é a de que os judeus deveriam retornar ao seu centro histórico. Ele não pensava necessariamente em um Estado judeu, mas em um Estado de judeus; entendia que uma pequena colônia seria já o suficiente, que com o tempo essa colônia judaica floresceria e transformaria a Palestina em um centro cultural, inspirando a unidade global do povo.

Em visita à Palestina, no final do século XIX, Ahad Haam destacou que a ideia de Estado na Palestina tinha de ser mais do que uma série de aldeias agrícolas. O que era preciso, escreveu ele, era um "centro espiritual". Como tal, era

¹¹ Anita Shapira (2025) é reconhecida por sua inserção na tradição do sionismo trabalhista, buscando equilibrar a análise histórica com uma perspectiva política que, embora crítica às narrativas míticas de fundação, sustenta a legitimidade do projeto nacional israelense sob a ótica da social-democracia

¹² O Sionismo Cultural de Ahad Haam segundo Pinsky (2024) defendia que a prioridade do movimento deveria ser a criação de um centro cultural e espiritual na Palestina para revitalizar a identidade nacional judaica na diáspora, opondo-se à urgência puramente política e estatal de Theodor Herzl

necessária uma conduta moral específica. O trabalho, a modéstia e uma vida frugal e humilde eram indispensáveis num regresso a Sião (Gilbert, 2002).

Ahad Haam ainda escreveu sobre as dificuldades que estavam a ser ignoradas por aqueles que defendiam a imigração em massa para a Palestina: a esterilidade da maior parte do solo, a hostilidade dos árabes locais - que não "abriram facilmente mão das suas terras" - e a força das autoridades turcas na obstrução aos colonatos (Gilbert, 2002). No entanto, também escreveu sobre a velha visão, inspirada por um novo elemento espiritual.

Apesar de a emigração para a América, nesse contexto, ser também uma opção para muitos judeus, Ahad Haam acreditava que a única maneira de resolver o problema económico dos judeus seria a necessidade de criar um centro fixo através do estabelecimento de uma grande massa de judeus num território com base na agricultura, de modo que tanto os judeus como os seus inimigos soubessem que existe um lugar no mundo onde, apesar de ser demasiado pequeno para conter um povo inteiro, os judeus possam caminhar de cabeça erguida como homens, retirar o seu sustento da terra com o suor do seu rosto e criar as suas próprias condições de vida num espírito de nacionalidade (Gilbert, 2002, p. 200).

Desse modo, embora Haam enfatize a cultura, sua divergência com Herzl não desloca o sionismo para o campo da religião propriamente, mas reafirma a necessidade de uma base identitária para esse novo nacionalismo (Pinsky, 2024). Assim, a análise aqui proposta identifica o sionismo como um movimento nacional secular, tratando a cultura judaica não como dogma religioso, mas como o alicerce simbólico de um projeto estatal moderno

Por fim, mas não menos importante: o sionismo não foi um movimento que chamou a atenção de todos os judeus espalhados pelas regiões da Europa. Pelo contrário, pois como ressalta Armstrong (2001), os ortodoxos se horrorizaram com o movimento sionista em todos os seus aspectos, muito por conta de que a ideia da terra prometida era considerada apenas uma visão mítica. Contudo, os sionistas estavam tentando tornar isso real.

Dentro desse embate religioso, o sionismo não obteve aprovação total dos judeus, principalmente sob o olhar dos ortodoxos, que viram na visão secular de Herzl a ideia de um Estado judeu como algo totalmente oposto às suas visões religiosas. Pois, como aponta Gilbert (2010), os ortodoxos esperavam ir para

a terra de Israel um dia, contudo, isso só deveria acontecer após a chegada do messias e não pelo esforço de mortais, principalmente seculares, como eram muitos sionistas.

No século XIX, houve duas tentativas de criar uma forma de sionismo religioso, porém nenhuma recebeu muito apoio. Os judeus religiosos em geral tornaram-se bastante divididos em relação a esse movimento:

Enquanto os Sionistas sonhavam com a Palestina, e depois da derrota dos Turcos e do estabelecimento por parte de Inglaterra de uma pátria judaica partiam para a região e trabalhavam para a criação de um Estado judaico, outros, aos milhões, preferiam fazer parte das sociedades cristãs no seio das quais viviam, e procuravam outros países, que não a Palestina, para satisfazer as suas ambições pessoais e as suas potencialidades (Gilbert, 2002, p. 269).

É dentro desse contexto que também é necessário salientar que existia uma parcela de judeus na Palestina contemporânea à criação do sionismo. Pois, apesar dos piores excessos da perseguição romana aos judeus - incluindo a destruição total da própria Jerusalém, os judeus nunca chegaram a ser totalmente expulsos de fato desta região. Entre a conquista romana e os tempos modernos, as comunidades judaicas, famílias e indivíduos mantiveram sempre laços inquebráveis com o "povo escolhido" (Gilbert, 2002).

No entanto, existiam muitas diferenças entre os judeus europeus e os judeus que viviam na Palestina, principalmente no seu caráter religioso, já que os judeus inspirados pelo sionismo não eram propriamente religiosos e portanto, diferentes dos judeus palestinos. Essa diferença também se tornava um problema para unir nacionalmente esses grupos dentro de uma nação, sem contar que a linguagem dos grupos supracitados era também distinta. Pinsky (2024) destaca como setores do "judaísmo ocidental" rejeitaram o sionismo, devido à lealdade que deviam aos países dos quais faziam parte naquele momento, e às contradições do sionismo com as ideias messiânicas.

Por isso, mesmo que os judeus fossem vítimas de antissemitismo nos Estados-nação dos quais faziam parte, ainda assim o espírito patriótico por fazer parte desses países falava mais alto. Isso evidentemente influenciou para que grande parte da comunidade judaica - principalmente a religiosa - não abraçasse o sionismo, mas sim tivesse um caráter antissionista. O sionismo termina, assim, o século XIX ainda sem grandes resultados em seus objetivos. Contudo, as conexões

que os sionistas constroem com o governo inglês serão marcantes na conquista de legitimidade para o movimento.

O sionismo político apresentava uma divisão ideológica em meados do século XX, principalmente com a divisão entre trabalhistas e revisionistas. Antes dessa divisão, o sionismo ainda não tinha posicionamentos fortes sobre, por exemplo, como seria um Estado judeu: seria liberal? Socialista? A única coisa que esses grupos entendiam nesse primeiro momento é que existia um problema judaico. O *Bund* e os *Amantes de Sião*, contemporâneos do sionismo, estavam entre os poucos grupos que demonstravam seus posicionamentos, mas ainda assim nada muito consolidado.

Na Rússia Czarista, existiam movimentos políticos principalmente de trabalhadores que não eram simpáticos ao sionismo; pelo contrário, eram grupos críticos ao movimento, como o *Bund*, por exemplo. O *Bund* (abreviação de União Geral dos Trabalhadores Judeus da Polônia, Lituânia e Rússia) era uma organização judaica dentro do partido social-democrata da Rússia. Foi um partido secular russo entre 1897 até 1920, fortemente crítico ao sionismo, principalmente no que se refere à migração.

Cabe ressaltar que, segundo Coggiola (2016), os trabalhadores judeus não abraçaram o sionismo, principalmente em solo russo. Pois, mesmo com antissemitismo, consideravam-se pertencentes àquele país e, ao mesmo tempo, não vinculados à fé na terra santa na Palestina - mesmo que esses mesmos grupos sofressem discriminação. É dentro desse contexto que o *Bund* se torna o principal representante dos trabalhadores judeus russos, pensando em estratégias alternativas ao sionismo. Coggiola (2016) ressalta que:

O Bund judeu não teve reconhecida sua qualidade de representante exclusivo dos operários dessa origem pela socialdemocracia russa. A organização judaica pediu, no II Congresso do POSDR, autonomia dentro do Partido, com o direito de eleger o seu próprio Comitê Central e elaborar a sua própria política nas questões referentes à população judaica; o reconhecimento do Bund como o único representante da socialdemocracia entre os judeus; e a “autonomia cultural” no lugar da “igualdade de direitos” que o Partido defendia para os judeus, ou seja, a reunião dos judeus ao redor de instituições culturais próprias e sem depender de um território comum. A “autonomia cultural” vinha defender o direito dos judeus de conduzir os seus próprios assuntos culturais dentro da Rússia, como a educação em iídiche. A maioria do congresso, estava contra o Bund porque via nas suas exigências um separatismo que criaria precedentes para outros grupos étnicos e poria em risco a unidade do Partido. Ficou a cargo dos judeus, Martov e Trotsky, rebater as exigências do Bund. Martov fora membro do grupo fundador do Bund, e Trotsky tomou a palavra enquanto

“representante dos iskristas de origem judaica”. Essa foi uma das raras ocasiões em que Trotsky referiu-se a si mesmo enquanto judeu (Coggiola, 2016, p. 135).

As aspirações do Bund não foram tão bem-vistas dentro do partido como um todo, devido ao fato de que, para o partido, as exigências poderiam abrir margem para a fragmentação do partido. É inclusive a principal crítica que Trotsky fez ao *Bund*, por conta das suas aspirações específicas. Mas cabe perceber que essas aspirações não envolvem a construção de um Estado, pois, nesse processo, até mesmo os membros do *Bund* consideravam que era possível combater o antissemitismo sem necessariamente ter que migrar para a Palestina.

O Bund, como ressalta Clemesha (2025), defendia a emancipação dos judeus em seus países de origem sem a necessidade de fundar um Estado nacional em outro território. Assim, a crítica deste partido ao sionismo estava relacionada à ideia de que a luta de classes deveria prevalecer sobre o nacionalismo. Durante a Revolução Russa, o *Bund* perdeu relevância; no entanto, seu legado permaneceu, e sua crítica à visão nacional do sionismo também.

Discutindo o contato de judeus russos com as ideias sionistas, o intelectual Ber Borochov (1881-1917) foi outro nome importante para o sionismo com aspirações socialistas, vertente que, durante o mandato britânico, inspirou o sionismo trabalhista. Nascido em 1881, na atual Ucrânia, foi contemporâneo aos *pogroms* que tanto perseguiram a população judaica nas regiões russas. Seu pai fez questão que ele aprendesse iídiche e tivesse total conhecimento do saber judaico (Laqueur, 1972).

Como afirma Laqueur (1972), Borochov tinha uma visão de mundo socialista; por conta disso, quando jovem, fez parte do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), o qual, em 1903, dividiu-se em mencheviques e bolcheviques. Por conta do antissemitismo, Borochov pensava em uma fusão do socialismo com o sionismo; acreditando nisso, fundou o *Poale Zion* com pessoas que se declaravam como sionistas socialistas.

Ele também era contrário aos planos de um lar judeu na Uganda e teve participação nos primeiros congressos sionistas. Seu pensamento foi fonte de inspiração para a forma como grupos judaicos colonizariam a Palestina. Em síntese, Borochov era um homem que entendia que a questão nacional não estava desconectada da luta de classes. Acreditava que as classes de trabalhadores

árabes e a de judeus tinham muito em comum e poderiam formar juntos a luta de classes. Segundo ele,

Quando as terras ociosas forem preparadas para a colonização, quando a técnica moderna for introduzida, e quando os outros obstáculos forem removidos, haverá terra suficiente para acomodar tanto os judeus quanto os árabes. As relações normais entre os judeus e os árabes prevaleceram e devem prevalecer (Borochoy, 1917, p. 130).¹³

Mesmo que ele tivesse esse pensamento, não conseguiu ver em vida se esses grupos iriam se unir por uma luta de classes ou não. No entanto, seus pensamentos foram fundamentais no que se refere ao uso da terra pelos colonos judeus, às problemáticas que esse uso causaria na relação com os palestinos, e à construção do sionismo trabalhista.¹⁴ Todo esse percurso que começa com pré-sionistas como Leon Pinsker e se conecta em Theodor Herzl - um sionista contemporâneo - reverbera em Ber Borochoy, que tenta conectar esse pensamento com o socialismo.

O status do sionismo iria de fato mudar com as consequências da Primeira Guerra Mundial e a fragmentação do Império Otomano. Esses pensamentos, tanto com uma visão socialista ou apenas nacionalista, teriam, a partir do decorrer da Grande Guerra, um novo direcionamento, como também o aumento de resistências ao projeto sionista.

O antissemitismo na Rússia czarista possuía muita força. A percepção desse antissemitismo influenciou não somente Ber Borochoy como também Leon Trotsky - um dos maiores símbolos da Revolução Russa e do pensamento marxista que, por motivos pessoais, sentia esse antissemitismo por ele mesmo ser um judeu. Em 1903, Trotsky comentou pela primeira vez sobre a questão judaica quando fazia parte, nesse contexto, do POSDR – de onde foi expulso depois de um tempo. Nesse mesmo ano, Trotsky discutiu o sionismo em um artigo chamado "A desintegração do sionismo e seus herdeiros". No artigo em questão, comentou sobre o congresso sionista de 1903. Clemesha (2025) destaca que Trotsky notou a diversidade do movimento sionista e previu, de forma errônea, seu fim.

Trotsky estava interessado em saber qual movimento herdaria a esquerda sionista (Clemesha, 2025, p. 166). Ademais, entendia que o *Bund* poderia

¹³ BOROCHOV, Ber. **Eretz Yisrael in our Program and Tactics**. [S. l.]: Marxists Internet Archive, set. 1917. Disponível em: <https://www.marxists.org>. Acesso em: 27 mar. 2026.

¹⁴ Ao longo da dissertação, utilizarei o termo sionista socialista ou trabalhista. Cabe ressaltar que esses termos são equivalentes.

ser herdeiro dessa esquerda. Trotsky, segundo Clemesha (2025), via como utópica a possibilidade de estabelecer um Estado judeu naquele contexto. Porém, não contava que, na virada do século XX, a situação política dos judeus vivenciaria o crescimento geral do antissemitismo na Europa, o impulsionamento acentuado do antissemitismo na União Soviética, a ascensão do nazismo e a erupção dos conflitos entre os colonos judeus e árabes na Palestina (Clemesha, 2025, p. 186).

Desse modo, no decorrer de sua vida, sendo uma testemunha ocular da história, Trotsky também mudaria suas opiniões sobre a questão judaica. Entre 1934 e 1937, Trotsky ainda comentava sobre a questão judaica e principalmente sobre sua posição em relação ao sionismo. Em uma entrevista em 1937, ele ainda reafirmou sua oposição ao sionismo e declarou que as condições materiais para a construção nacional judaica só seriam dadas por uma revolução proletária (Clemesha, 2025).

Em resumo, o aumento do antissemitismo europeu levou Trotsky a abandonar a crença na assimilação dos judeus. Diferentemente da solução sionista, Trotsky passou a defender que a questão judaica só seria plenamente resolvida através de uma revolução proletária mundial. Para ele, o socialismo deveria garantir o direito à autodeterminação, permitindo que os judeus que optassem por viver coletivamente tivessem um território próprio para seu desenvolvimento nacional sob um regime socialista. Embora essa mudança de opinião tenha sido interpretada por alguns setores como uma aproximação ao sionismo (Clemesha, 2025, p. 188), contudo, cabe frisar que sua proposta não era apoio ao movimento de Herzl, mas sim uma alternativa socialista para a sobrevivência do povo judeu frente à barbárie do antissemitismo.

Com o começo da Primeira Guerra Mundial, os nacionalismos tiveram seu primeiro embate: nações se uniram e batalharam umas contra as outras. De um lado, França e Reino Unido - grandes atores desse período - entraram em embate contra a Alemanha, que tinha como aliado um império nem sempre tão lembrado nesse processo, que foi o Império Otomano. O império em questão, nesse momento específico, não estava em seu melhor momento, tendo, como frisa Rogan (2017), estado cansado e fragilizado depois de lutar contra os italianos em 1911, pela Líbia e pelas ilhas do mar Egeu, e de ter passado por duas guerras devastadoras de grande relevância com os Estados dos Bálcãs em 1912 e

1913. Nesse mesmo contexto, o nacionalismo também chegou a terras otomanas - uma expressão desse fenômeno foi a existência dos Jovens Turcos¹⁵.

Esses eventos pressionavam o Império Otomano, para quem uma nova guerra não era uma opção inteligente. Ainda assim, o império, confiando na vitória, entrou na guerra e participou até o fim, tendo nesse percurso assinalado - mesmo sem o saber - o fim do que era o Império Otomano, em grande parte em decorrência das grandes ambições que o império francês e o britânico tinham na região. Foi no fim desse conflito que o sionismo encontrou no Império Britânico o seu maior aliado na construção de um Estado (Rogan, 2017).

¹⁵ Os Jovens Turcos, segundo Rogan (2017), foi um movimento reformista e nacionalista otomano, ativo no início do século XX, que defendia a modernização do Império Otomano e a limitação do poder do sultão.

CAPÍTULO 2: O MANDATO BRITÂNICO E AS CONEXÕES SIONISTAS

2.1 A FRAGMENTAÇÃO DO IMPÉRIO OTOMANO

No início do século XX, o sionismo solidifica-se como movimento, principalmente através de suas conexões com o Império Britânico. É por meio dessa aliança que a ideia da Palestina como um Estado para os judeus se consolida – processo que ocorrerá como consequência direta da Primeira Guerra Mundial que Gilbert (2002) afirma que

A primeira Guerra Mundial foi um marco notável na história judaica. Os Judeus lutaram em todos os exércitos, muitas vezes uns contra os outros, e matam-se mutuamente nas trincheiras. Soldados judeus dos exércitos alemão, austro-húngaro, turco e búlgaro (as Potências Centrais) lutaram contra soldados judeus dos exércitos britânico, da Commonwealth, francês, belga, italiano, sérvio, grego, romeno, russo e, a seu tempo, americano (Potências do Entendimento, também conhecidas como Aliados ou Potências Associadas). Em muitos aspectos, a Primeira Guerra Mundial foi o clímax do esforço patriótico dos Judeus pelas nações onde viviam (Gilbert, 2002, p. 270).

Nesse mesmo século XX, o sionismo vai se dividir em dois principais grupos: os sionistas trabalhistas, liderados por Ben Gurion (1886-1973), e os revisionistas, liderados por Zeev Jabotinski (1880-1940). Estes serão os principais atores desse período do sionismo. Contudo, essa divisão acontece de forma bastante lenta, baseada nas consequências da Primeira Guerra Mundial - que foi marcante para a história judaica - bem como com a fragmentação do Império Otomano.

Enquanto o sionismo no início do século XX ainda andava a passos lentos para se consolidar, a região onde aspiravam estabelecer-se - no caso, a Palestina - estava sob domínio otomano. As comunidades que habitavam a região da Palestina encontravam-se sob o governo Otomano desde o princípio do século XVI até o ano de 1917. Embora a religião oficial do Império fosse o Islã, as comunidades cristãs e judaicas tinham, igualmente, seu status reconhecido na região. Nesse sentido, o Império Otomano foi capaz de manter juntas terras de tradições políticas e culturais muito distintas, bem como diversos grupos étnicos e comunidades religiosas diferentes, sem que isso implicasse grandes conflitos (Hourani, 1991, p. 225).

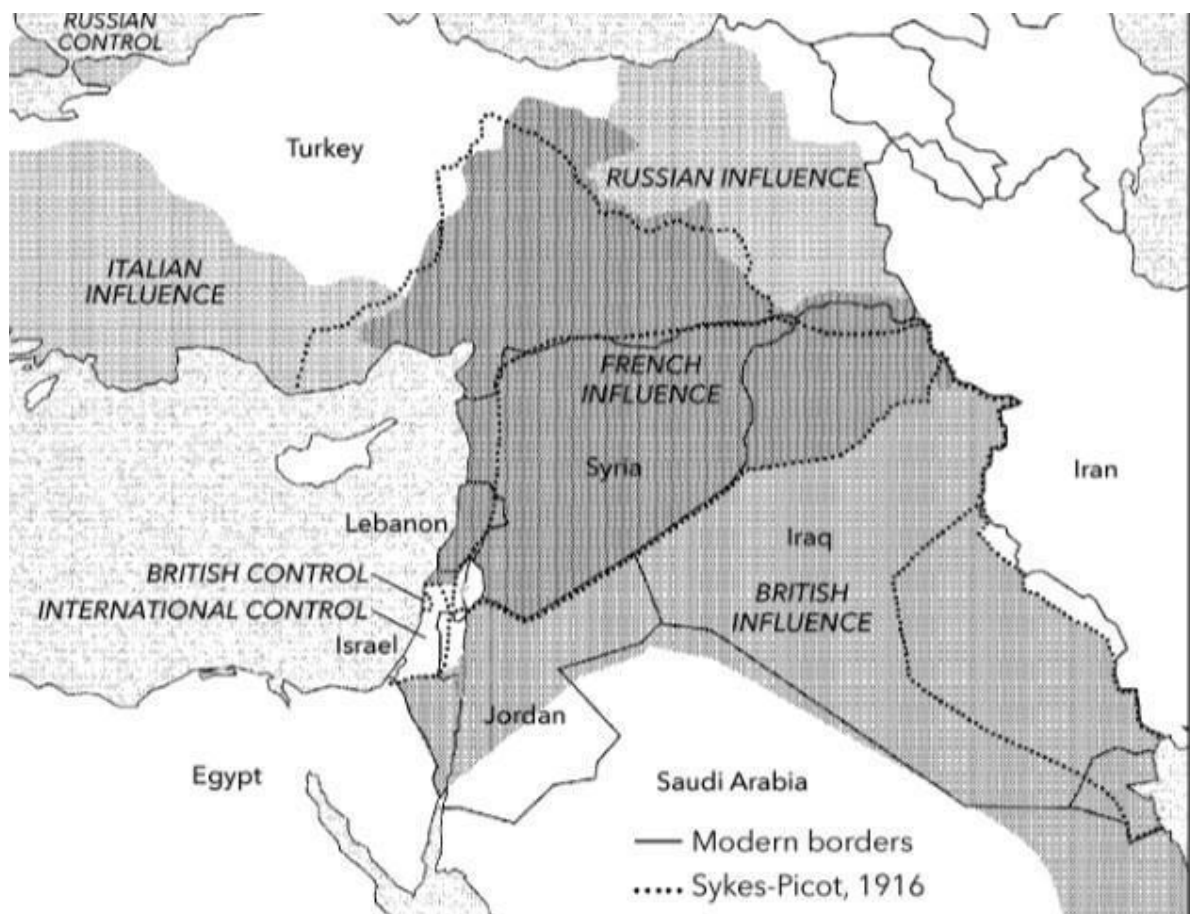
No entanto, com a passagem para o século XX, no seio do império

começaram a nascer processos de nacionalismos que abalaram suas estruturas e provaram que manter o Império Otomano unido seria uma tarefa difícil. Mesmo com as pretensões nacionalistas que rondavam a região, o Império Otomano resolveu participar da Primeira Guerra Mundial ao lado da Tríplice Aliança.

Conforme destaca Rogan (2017), assim que os otomanos entraram na disputa ao lado da Alemanha, os países da Entente iniciaram o planejamento para a divisão do império no pós-guerra. Essas pretensões eram notáveis, uma vez que a Tríplice Entente era composta por duas nações imperialistas, França e Inglaterra, que tinham fortes ambições de expandir seus domínios coloniais no Oriente Médio. Desse modo, a guerra não foi uma boa experiência para o Império Otomano: ao final do conflito, o império que dominava a região do que seria chamado de Oriente Médio por quatro séculos terminou, e com ele sua total divisão.

Como consequência da guerra, o Império Otomano foi desintegrado, dando origem a novas nações como Líbano, Palestina, Transjordânia e Síria. Nos bastidores, França e Inglaterra já planejavam a divisão do antigo Império Otomano através do Acordo Sykes-Picot¹⁶. De acordo com esse tratado, o Líbano e a Síria ficaram sob responsabilidade francesa, enquanto a Palestina e a Transjordânia ficaram sob a britânica. Foi a partir dessa divisão que se construiu a ideia do Oriente Médio contemporâneo. Assim, as ambições coloniais francesas e inglesas se intensificaram, modificando completamente a vida política dessas novas nações que, embora independentes do Império Otomano, não se livraram da influência das potências coloniais europeias.

¹⁶ De acordo com Hourani (1991) o acordo Sykes-Picot, firmado secretamente em 1916 entre Reino Unido e França, com consentimento da Rússia, previa a divisão do Império Otomano após sua esperada derrota na Primeira Guerra Mundial. A França ficaria com o controle direto ou influência sobre a Síria e o Líbano; o Reino Unido, sobre a Mesopotâmia (atual Iraque) e áreas próximas ao Golfo Pérsico. A Palestina teria administração internacional. O acordo ignorava promessas feitas aos árabes de independência, o que gerou ressentimentos duradouros e instabilidade política na região.

Figura 2: Plano Sykes Picot

Fonte: Elledge, Jonn. A History of the World in 47 Borders. London: Headline Publishing Group, 2024

Theodor Herzl não chegou a ver em vida seu plano de um Estado judeu, pois faleceu no início do século XX. Contudo, seus contemporâneos levaram esse objetivo a novos patamares. Se, no final do século XIX — ano de origem do movimento político —, o sionismo não contava com o apoio da maioria dos judeus nem de nações não antisemitas, a virada para o século XX trouxe novos rumos ao movimento.

Durante o Primeiro Congresso Sionista, em 1897, foi criada a Organização Sionista Mundial (OSM). A organização precisava obter apoio internacional de alguma nação para o seu projeto. Com os conflitos da Primeira Guerra Mundial, a OSM mudou sua sede de Berlim para Londres. Seu líder na época, Chaim Weizmann (1874-1952), era um professor de química cujas contribuições durante o conflito lhe deram acesso aos mais altos níveis do governo

britânico. Weizmann aproveitou suas conexões para buscar o apoio formal do governo inglês ao sionismo.

Foi dessa forma que Weizmann, ao sondar o governo britânico, conseguiu o apoio tão esperado pelos sionistas. Ele e outros membros do movimento estabeleceram contato com Arthur Balfour, então Ministro das Relações Exteriores, e a partir desse diálogo, foi concebido o documento conhecido como "Declaração de Balfour", que diz o seguinte:

O governo de Sua Majestade vê com bons olhos o estabelecimento de uma pátria nacional para o povo judeu na Palestina, e empreenderá seus melhores esforços para facilitar a realização deste objetivo, estando claramente entendido que nada será feito que possa prejudicar os direitos civis e religiosos das comunidades não judaicas existentes na Palestina, ou os direitos e o status político desfrutados pelos judeus em qualquer outro país (GRÃ-BRETANHA. **Balfour Declaration**, 1917. Disponível em: . Acesso em: 26 abr. 2026. Documento original do *The Avalon Project* (Yale Law School - tradução nossa).

O governo britânico tinha seus próprios interesses na região. A Declaração de Balfour não foi uma simples ação benevolente, pois o próprio texto do documento demonstrava uma visão colonial em relação aos grupos sociais que já viviam no território. Essa perspectiva era evidente, principalmente, ao se referir aos grupos não judaicos, uma vez que o governo já partia do pressuposto de que o lugar era a antiga terra judaica. Autores como Edward Said (2012) e Patrick Wolfe (2006) têm chamado a atenção para a necessidade de compreender as aspirações inglesas na Palestina não como uma mera administração transitória, mas sim como uma forma de colonialismo de povoamento. Nesse modelo, a presença do colonizador não se limita à exploração econômica, mas visa à transformação demográfica e cultural do território. O apoio britânico ao sionismo, é materializado nessa lógica.

Além disso, é crucial destacar a questão dos mandatos que a França e a Inglaterra impuseram na região. Após a Primeira Guerra Mundial, a Liga das Nações introduziu o sistema de mandatos. Esse sistema se baseava na premissa de que certas nações não tinham a capacidade de se autodeterminar, sendo necessária a tutela de países "civilizados". Foi por meio desse mecanismo que a visão colonial europeia se consolidou no Oriente Médio.

Essa política de mandatos foi criada durante a conferência de San Remo em 1920 na Itália onde o objetivo central foi definir a partilha dos territórios árabes anteriormente sob o domínio do Império Otomano. Diante dessa conferência, e as consequências da Primeira Guerra Mundial, Líbano e Síria não alcançaram a

independência imediata devido ao colonialismo francês. No entanto, a situação na Palestina foi diferente e muito mais complexa. O governo britânico não apenas falhou em resolver as tensões na região, mas, pelo contrário, tornou-se um grande aliado do projeto sionista durante a maior parte do Mandato Britânico. Em contrapartida, os palestinos enfrentaram um aumento nas tensões em virtude das contínuas migrações judaicas.

A Declaração de Balfour de 1917 foi predominantemente polêmica em sua concepção, especialmente por ser emitida no contexto do sistema de mandatos, que tinha prazo para terminar. Desse modo, a promessa da Declaração de Balfour de propiciar um lar nacional para o povo judeu na Palestina entra em completa contradição com a autonomia política que os palestinos poderiam ter na região. Gomes (2001) argumenta que a inclusão da Declaração de Balfour no sistema de mandatos se tornou uma "flagrante contradição" e "uma verdadeira inconstitucionalidade", uma vez que esse sistema foi criado para "capacitar as nações da classe 'A' para a independência plena", mesmo que já fossem consideradas "provisoriamente independentes". Apesar das controvérsias, a declaração foi crucial para a legitimidade do movimento sionista e para suas conexões com o governo britânico durante todo o Mandato Britânico da Palestina, de 1922 a 1948.

Conforme exposto anteriormente, a Liga das Nações implementou o sistema de mandatos nas nações que faziam parte dos países derrotados na Primeira Guerra Mundial. Desse modo, o governo britânico exerceu um sistema de tutela sobre a Palestina, o qual ficou conhecido como "Mandato Britânico da Palestina". Esse mandato, iniciado em 1922, foi acompanhado por vários artigos que serviram como seu fio condutor. Nesses artigos, o apoio ao estabelecimento de um Estado judeu na Palestina era evidente. O Artigo 2, por exemplo, destaca o seguinte:

O Mandatário será responsável por colocar o país sob condições políticas, administrativas e econômicas que garantam o estabelecimento do lar nacional judaico, conforme estabelecido no preâmbulo, e o desenvolvimento de instituições autônomas, e também por salvaguardar os direitos civis e religiosos de todos os habitantes da Palestina, independentemente de raça e religião (LIGA DAS NAÇÕES. **Mandato Britânico para a Palestina**, 24 jul. 1922. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/palmanda.asp. Acesso em: 26 abr. 2026. Tradução nossa).

Neste artigo, o governo britânico demonstrava sua determinação em criar as condições para o estabelecimento de um Estado judeu. Contudo, ao mesmo tempo, buscava destacar que não tinha a intenção de infringir os direitos das populações originais da Palestina que incluía uma pequena população de judeus¹⁷ não necessariamente advindos da Europa e sem conexão com o sionismo. É claro que, neste primeiro momento, ainda não havia um plano definido de como esse Estado seria estabelecido. Já o Artigo 4 avança sobre essa questão ao declarar o seguinte:

Uma agência judaica apropriada será reconhecida como um órgão público com a finalidade de aconselhar e cooperar com a Administração da Palestina em questões econômicas, sociais e outras que possam afetar o estabelecimento do lar nacional judaico e os interesses da população judaica na Palestina e, sempre sujeita ao controle da Administração, auxiliar e participar do desenvolvimento do país. A organização sionista, desde que sua organização e constituição sejam, na opinião do Mandatário, apropriadas, será reconhecida como tal agência. Ela tomará medidas em consulta com o Governo de Sua Majestade Britânica para garantir a cooperação de todos os judeus que estejam dispostos a auxiliar no estabelecimento do lar nacional judaico (Liga das Nações, 1922, art.4. tradução nossa).

Neste tópico, o Mandato Britânico já concede um poder político considerável às agências sionistas, conferindo-lhes a responsabilidade de administrar o processo de construção de um Estado judeu. A relação ambígua com os palestinos é perceptível ao longo dos 28 artigos do Mandato, pois, ao mesmo tempo que o texto busca dar legitimidade ao movimento sionista, ele também se esforça para destacar que os palestinos não seriam lesados pelas novas configurações sociais da região. No Artigo 6 do Mandato, essas novas configurações sociais seriam transformadas através das migrações, pois o artigo destaca a seguinte questão:

A Administração da Palestina, ao mesmo tempo em que assegura que os direitos e a posição de outros setores da população não sejam prejudicados, facilitará a imigração judaica em condições adequadas e incentivará, em cooperação com a agência judaica mencionada no Artigo 4, o assentamento próximo de judeus na terra, incluindo terras do Estado e terras ociosas não necessárias para fins públicos (LIGA DAS NAÇÕES. **Mandato Britânico para a Palestina**, 24 jul. 1922. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/palmanda.asp. Acesso em: 26 abr. 2026. Tradução nossa. 1922, art.6, tradução nossa).

Outros pontos importantes presentes nos artigos do Mandato Britânico referem-se, por exemplo, à questão linguística. O Artigo 22 estabelece:

“Inglês, árabe e hebraico são as línguas oficiais da Palestina. Qualquer declaração ou inscrição em árabe em selos ou dinheiro na Palestina será repetida em hebraico e qualquer declaração ou inscrição em hebraico será repetida em árabe”. Ao escolher o hebraico como uma das línguas oficiais da Palestina, o governo britânico já estabelecia uma conexão com as primeiras aspirações sionistas de Theodor Herzl em relação ao idioma a ser utilizado em um possível lar nacional judaico. O hebraico, até então, era considerado uma língua quase extinta, presente apenas na vida privada de alguns judeus.

Outro ponto importante a destacar diz respeito aos locais de culto para palestinos e judeus, o que, nesse caso, inclui os lugares sagrados para as três religiões monoteístas: Cristianismo, Islamismo e Judaísmo. O artigo em questão define que:

Toda a responsabilidade em conexão com os Lugares Sagrados e edifícios ou locais religiosos na Palestina, incluindo a de preservar os direitos existentes e de garantir o livre acesso aos Lugares Sagrados, edifícios e locais religiosos e o livre exercício do culto, ao mesmo tempo em que assegura os requisitos de ordem pública e decoro, é assumida pelo Mandatário, que será responsável unicamente perante a Liga das Nações em todos os assuntos relacionados a isso, desde que nada neste artigo impeça o Mandatário de entrar em acordos que ele considere razoáveis com a Administração com o propósito de colocar as disposições deste artigo em vigor; e desde que também nada neste mandato seja interpretado como conferindo ao Mandatário autoridade para interferir na estrutura ou na gestão de santuários sagrados puramente muçulmanos, cujas imunidades são garantidas (LIGA DAS NAÇÕES. **Mandato Britânico para a Palestina**, 24 jul. 1922. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/palmanda.asp. Acesso em: 26 abr. 2026. art.13, tradução nossa).

A questão dos lugares sagrados tem grande valor para os palestinos, especialmente por estarem concentrados em Jerusalém. A cidade, por exemplo, tornou-se um ponto central de conflito para ambos os lados, pois tanto palestinos quanto israelenses a reconhecem como sua capital indivisível.

Cabe destacar que em nenhum lugar nos 28 artigos do Mandato há qualquer referência aos palestinos como um povo com direitos nacionais ou políticos como bem ressalta Khalidi (2024). Corroborando com a afirmação do autor de fato, assim como foi na Declaração de Balfour, as palavras “árabe” e “palestino” não aparecem de forma explícita

As únicas proteções previstas para a grande maioria da população da Palestina envolviam direitos pessoais e religiosos e a preservação do status quo dos lugares sagrados e de fé. Por outro lado, o Mandato britânico determinava os

meios possíveis para estabelecer e expandir o lar nacional para o povo judeu, que de acordo com Gilbert (2010) o movimento sionista não estava criando, mas “reconstituindo” uma terra na Palestina.

Alguns dos 28 artigos do Mandato britânico são dedicados aos privilégios e às facilidades a serem estendidos ao movimento sionista para implementar a política interna nacional os demais abordam para entender por completo a força do Mandato para os palestinos, vale também deixar claro como afirma Khalidi (2024) que todos os outros territórios no Oriente Médio com status de Mandatos conquistariam a sua independência em algum momento embora ambas as potências, e Grã-Bretanha e a França, distorcessem os critérios e as regras para essa independência como meio de manter o grau máximo de controle pelo maior tempo possível

Em conclusão, o Mandato Britânico na Palestina atuou como o fio condutor para o início da ocupação sionista e teve um papel político crucial na intensificação das tensões sociais causadas pelo contato entre os dois grupos.

2.2 A PALESTINA E OS SIONISTAS

O lugar idealizado como futuro Estado judeu não era um território sem povo, algo que se tornou explícito com as primeiras migrações judaicas durante o Mandato Britânico. A região da Palestina, de fato, já havia sido lar de diversos grupos, como os Impérios Romano, Bizantino, os Reinos Abássidas e Otomanos. A Palestina contemporânea, no século XX, possuía aspectos geográficos específicos, sendo delimitada, a oeste, pelo Mar Mediterrâneo; a leste, pelo Rio Jordão e o Mar Morto (o que hoje corresponde à fronteira com o Reino da Jordânia, na época conhecido como Transjordânia); ao norte, pela fronteira com a atual República Libanesa (então sob domínio francês); a nordeste, pelas Colinas de Golã (território da atual República Árabe da Síria); e, ao sul, pela Península do Sinai (território da atual República Árabe do Egito). A área total era de aproximadamente 27.000 km² (Houat, 2006).

Nesse contexto, as fronteiras não são fruto do acaso, mas sim de modificações internas vindas, principalmente, da França e da Inglaterra, no âmbito do Acordo Sykes-Picot. A Palestina também sofreu com essas transformações e, sobretudo, com as migrações. Antes de prosseguir, é crucial entender quem são os

palestinos: A construção de uma identidade propriamente palestina consolidou-se durante o Mandato Britânico, impulsionada principalmente pela migração judaica. O historiador Rashid Khalidi, em sua obra *Palestinian Identity: The Construction of Modern National Consciousness*, argumenta que “a identidade palestina moderna começou a se formar antes da primeira Guerra Mundial, mas foi sob o Mandato Britânico que houve uma aceleração e aprofundamento significativos” (Khalidi, 1997, p. 145, tradução nossa).

Portanto, os palestinos, durante o período do Mandato, não eram um grupo indefinido, mas sim uma comunidade em desenvolvimento de sua consciência nacional. Essa identidade foi moldada especialmente pelo contato com os sionistas e, conseqüentemente, pela oposição ao movimento. Desse modo, a identidade nacional palestina foi formada não apenas por pressões externas, mas também como uma expressão autêntica de um povo que buscava definir seu lugar no mundo moderno (Khalidi, 1997, p. 10, tradução nossa)

Os palestinos eram majoritariamente muçulmanos, com uma porcentagem de cristãos e uma pequena comunidade judaica, que se diferenciava dos judeus europeus, inclusive na aparência. Por meio da construção dessa identidade, os palestinos desenvolveram laços sentimentais, tanto culturais quanto econômicos, com a terra. Essa conexão ao território, que era a principal fonte de subsistência para a população, tornou-se um dos principais entraves com os sionistas.

Embora a presença árabe na palestina seja um elemento incontornável para compreender o contexto político e social sob o Mandato Britânico, este trabalho não tem por objetivo realizar uma análise aprofundada da sociedade palestina ou de suas dinâmicas internas. Como o foco central desta dissertação é o estudo das correntes do sionismo e de seus projetos políticos, as referências aos palestinos ao longo deste capítulo e dos demais possuem caráter contextual, sendo mobilizadas apenas na medida em que são necessárias para compreender as ações e disputas e transformações ligadas ao movimento sionista.

Diante do que foi exposto sobre o nacionalismo e a identidade Palestina, como podemos definir um território tão polissêmico? Haesbaert (2016) argumenta que o território pode ser definido em três dimensões: política, cultural e econômica. Tais dimensões estavam presentes no território palestino. Contudo, com a chegada dos sionistas, a população nativa começou a se sentir incomodada com a

presença europeia. Vale lembrar que já existiam pequenas populações judaicas no local, que viviam de forma cordial e com poucos conflitos; entretanto, com o aumento da presença sionista, essa população nativa passou a ser vista como um alvo.

Ainda sob o domínio otomano, já existiam questionamentos sobre o sionismo na Palestina. Um primeiro contato de grande relevância ocorreu por meio das cartas trocadas, em 1899, entre o prefeito de Jerusalém, Yusuf Diya, e Theodor Herzl, o pai do sionismo. Embora o prefeito fosse contemporâneo do antissemitismo na Europa ocidental e, de certa forma, compreendesse essas questões, ele era enfático ao afirmar que os anseios sionistas seriam difíceis de realizar, principalmente devido à localização escolhida para o Estado: a Palestina. A carta de Diya é breve, mas suas principais indagações são as que Khalidi (2024) explica: a Palestina era parte integral do Império Otomano e, o que é mais grave, “é habitada por outras pessoas”. A região já possuía uma população nativa que jamais aceitaria ser suplantada.

Theodor Herzl respondeu à carta, defendendo que, conforme destacado por Khalidi (2024),

O líder sionista simplesmente ignorou a ideia básica da carta, de que a Palestina já era ocupada por uma população que não concordaria em ser suplantada. Apesar de ter visitado a região uma vez, Herzl, como a maioria dos primeiros sionistas europeus, não conhecia muito bem a população local nem tinha contato com ela. Ele também ficou sem responder às bem embasadas preocupações de al-Khalidi sobre o perigo que o programa sionista representava para as maiores e bem estabelecidas comunidades judaicas em todo o Oriente Médio. Herzl utilizou uma justificativa que tem sido o pilar do colonialismo desde sempre e em todos os lugares e que se tornaria um argumento comum do movimento sionista: a imigração judaica iria beneficiar o povo nativo da Palestina (Khalidi, 2024, p.16).

De fato, Theodor Herzl e os primeiros sionistas europeus acreditavam que as migrações judaicas beneficiariam a Palestina. Em suas obras, Herzl utilizava esse argumento para obter apoio dos otomanos, prometendo que os judeus trariam investimentos, economia e força de trabalho para o império. No entanto, essa mão de obra não era necessariamente destinada aos palestinos. O prefeito de Jerusalém não era o único a ver o sionismo como algo prejudicial. Entre os árabes palestinos, a oposição ao sionismo tomou diversas formas.

As primeiras manifestações políticas contra a imigração judaica surgiram ainda na década de 1910, com petições e protestos diante da

administração otomana e, posteriormente, das autoridades britânicas 1920, por exemplo, no auge ainda da colonização inglesa houve revoltas em Jerusalém, de acordo com Gilbert (2010) a revolta em Jerusalém marcou um ponto de inflexão, evidenciando que a convivência pacífica entre colonos e nativos estava longe de ser alcançada. Nos anos seguintes, revoltas camponesas, boicotes econômicos e greves dentro Mandato Britânico, eram uma forma de mobilização os palestinos começaram a se organizar de forma abrangente, mas nem sempre de forma homogênea. Alguns dos primeiros eventos políticos desse período foram os congressos árabes-palestinos, organizados em resposta à insatisfação com os britânicos. Esses congressos contavam com a participação de cristãos e muçulmanos, embora ainda com um número reduzido de representantes, e a relação com os britânicos nem sempre era cordial (Khalidi, 2024).

Esses congressos ocorreram entre 1919 e 1930, em cidades da Palestina como Haifa, Nablus e Jerusalém. Nesse período, Herbert Samuel foi nomeado o primeiro Alto Comissário para a Palestina, a autoridade máxima do Reino Unido na região. O caso de Herbert Samuel era particularmente conflituoso: ele era um judeu sionista e um grande influenciador do sionismo dentro do Mandato. Por causa disso, sua função no mandato era a de intermediar os interesses dos povos nativos e, ao mesmo tempo, flexibilizar as migrações judaicas. Sua indicação, no entanto, não foi vista com grande estima pelo governo britânico.

A nomeação de Herbert Samuel como primeiro Alto Comissário britânico da Palestina, em 1920, foi alvo de intensos e acalorados debates na Câmara dos Comuns, principalmente devido à sua conhecida vinculação ao movimento sionista. Um dos momentos mais significativos desse debate ocorreu em 4 de julho de 1922, quando um parlamentar britânico, cuja identidade não foi registrada na transcrição oficial, expressou claras preocupações sobre a legitimidade e a imparcialidade de Samuel no exercício do cargo. Durante sua intervenção, o deputado citou declarações atribuídas a Chaim Weizmann, então uma das principais lideranças sionistas, segundo as quais:

Fui, em grande parte, responsável pela nomeação do Sir Herbert Samuel para a Palestina. Sir Herbert Samuel é nosso aliado e tem trabalhado lealmente conosco desde o início. A nosso pedido, ele aceitou essa posição difícil. Ele representa a nossa comunidade judaica. Contudo, compreendo as preocupações da população árabe, que vêem nele um sionista declarado e temem que ele não possa

manter a imparcialidade necessária para equilibrar os interesses entre árabes e judeus¹⁸ (GRÃ-BRETANHA. Parliament. House of Commons Debate, 4 jul. 1922, vol. 156, colunas 1085–1102. Disponível em: <https://hansard.parliament.uk/Commons/1922-07-04/debates/71fbd01b-c1fc-4b8b-9566-56360c73f381/Palestine>. Acesso em: 26 abr. 2026. Tradução nossa).

De fato, a indicação de Samuel gerou grande desconfiança entre a população da Palestina. A principal crítica das lideranças árabes residia no fato de que ele, sendo judeu e simpatizante do sionismo, representava uma ameaça direta aos interesses da população árabe majoritária. Rashid Khalidi (1997) ressalta que “a nomeação de Samuel foi interpretada como a confirmação, mesmo que de forma ambígua, do compromisso britânico com a causa sionista, aumentando o sentimento de alienação e insegurança entre os árabes palestinos” (Khalidi, 1997, p. 83, tradução nossa). Este sentimento era particularmente forte entre os líderes políticos árabes, que viam a nomeação como um ato de parcialidade por parte da administração britânica.

O governo do Reino Unido se encontrava em uma posição delicada. Se por um lado mantinha contato com os sionistas, por outro, não podia simplesmente ignorar os anseios da população árabe. Era uma relação de idas e vindas. O Alto Comissário também desenvolveu contato com as populações nativas. Em 1922, um relatório elaborado durante o Congresso Árabe Palestino alertou para o descontentamento dos palestinos. Este documento, que teve o próprio Herbert Samuel como interlocutor, destaca que: “A população árabe está profundamente preocupada com o rápido aumento da imigração judaica e com a aparente intenção do governo britânico de transformar a Palestina em um lar nacional Judeu” (Executive Committee of the Third Arab Palestine Congress, 1922, p. 2, tradução nossa).

Essa afirmação explicita a percepção dos árabes de que estavam sendo marginalizados em sua própria terra, indicando que os britânicos favoreciam os interesses do sionismo. O relatório também destaca que, nesse momento, as críticas não tinham motivação religiosa, mas sim conotação política: “Não há objeção aos judeus enquanto povo. Os árabes dizem: que eles venham e se estabeleçam

¹⁸ Hansard, House of Commons Debate, 4 July 1922, vol. 156, cols. 1085–1102. Disponível em: <https://hansard.parliament.uk/Commons/1922-07-04/debates/71fbd01b-c1fc-4b8b-9566-5a65c879d881/Palestine>. Acesso em: 21 ago. 2025.

em paz, mas não sob a proteção dos britânicos sobre nós" (Executive Committee of the Third Arab Palestine Congress, 1922, p. 3, tradução nossa)

O documento "*Report on the State of Palestine*" constitui uma fonte essencial para compreender o panorama político e social da Palestina no início do Mandato Britânico. O relatório revela uma crescente tensão entre a população árabe e o projeto sionista, evidenciando as frustrações dos árabes diante da intensificação da imigração judaica, apoiada pelo governo britânico. Um dos trechos do relatório também revela a insatisfação e a falta de representação que os povos nativos experimentaram durante o Mandato: Os líderes árabes sentem que não têm voz real no governo do país, que está sendo moldado sem o seu consentimento (Executive Committee of the Third Arab Palestine Congress, 1922, p. 4,¹⁹ tradução nossa)

Dessa forma, o relatório que foi enviado a Winston Churchill não apenas denuncia o descontentamento das lideranças locais, mas também evidencia o dilema central do Mandato Britânico: como manter o apoio à criação de um lar nacional judaico sem comprometer a estabilidade de uma população árabe majoritária, politicamente mobilizada.

2.3 SIONISMO: VERTENTES E RESISTÊNCIAS

Apesar das críticas árabes, o sionismo, como movimento político, obteve um desenvolvimento significativo sob o Mandato Britânico. Com Herbert Samuel como Alto Comissário e o papel da Agência Judaica, as estruturas para a migração de judeus estavam a pleno vapor. A Agência Judaica tinha a responsabilidade de comprar terras e as entregar aos colonos para que as desenvolvessem. É nesse contexto que dois tipos de sionismo se concretizaram: o sionismo socialista e o sionismo revisionista, cujos principais líderes eram, respectivamente, David Ben-Gurion e Zeev Jabotinsky.

Cada uma dessas vertentes tinha pensamentos distintos, mas ambos os líderes seriam figuras-chave nesse processo. A onda de migração judaica para a Palestina após a Primeira Guerra Mundial era conhecida como a Terceira

¹⁹ EXECUTIVE COMMITTEE OF THE THIRD ARAB PALESTINE CONGRESS. Report on the State of Palestine presented to the Right Honourable Mr. Winston Churchill P.C., M.P. Jerusalem: [s.n.], 1921. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2017498678/>. Acesso em: 27 jun. 2025.

Aliyah²⁰. Nessa primeira leva, judeus de perfil socialista entraram na Palestina. Segundo Gilbert (2010), nessa rodada, 35 mil judeus chegaram ao território; alguns recém-chegados começaram a trabalhar na construção de estradas, enquanto outros fundaram os *kibbutzim*²¹, caracterizados pela agricultura cooperativa. Alguns desses migrantes vinham da Rússia e já tinham experiência com a terra. Os *kibbutzim* mantinham uma forte conexão com o Fundo Nacional Judaico, responsável pela compra de terras. Nesse sentido, o modelo do *kibbutz* representou um projeto inicial de Estado judeu, baseado no trabalho judaico com a terra e na divisão igualitária dos recursos entre os judeus.

Para unificar essa massa judaica, foi criada a Histadrut (Federação Geral do Trabalho Judaico), tendo David Ben-Gurion como seu representante. Dentro da Histadrut, também surgiu a organização armada clandestina Haganah, que defendia os assentamentos dos colonos. Cabe ressaltar que a Histadrut era uma organização que se opunha ao trabalhador não-judeu, ou seja, aos próprios trabalhadores árabes:

Durante o mandato britânico, a grande maioria da força de trabalho palestina, especialmente a de menor qualificação profissional, ainda era árabe. Os árabes exerciam o trabalho manual mais pesado enquanto os trabalhadores judeus preenchiam os postos mais “elevados” e melhor remunerados. Em alguns casos, acontecia de árabes e judeus trabalharem lado a lado; a organização e as reivindicações conjuntas eram inevitáveis, por mais que a Histadrut tentasse impedi-las, sempre atenta e contrária ao surgimento de sindicatos árabes, principalmente sob a liderança comunista. Para dificultar a organização dos trabalhadores árabes, chegou-se a criar, sob a supervisão e o controle dos oficiais judeus, uma central operária árabe (Coggiola, 2016, p. 161).

Dessa forma, a organização dos trabalhadores judeus também enfraquecia indiretamente o trabalhador palestino durante o Mandato. Os sionistas já tinham um planejamento, mesmo que de curto prazo, para um Estado judeu e se aproveitaram de forma contundente das estruturas proporcionadas pelo Mandato Britânico, incluindo o acesso exclusivo de judeus às terras compradas pelas agências judaicas. Conforme destaca Coggiola, no caso das explorações agrícolas:

²⁰ A Terceira Aliá (1919-1923) segundo Gilbert (2010) marcou uma intensificação no fluxo migratório judaico para a Palestina, logo após o fim da Primeira Guerra Mundial. Composta em grande parte por jovens judeus vindos do Leste Europeu — muitos motivados pelos ideais do sionismo socialista e fugindo das instabilidades e perseguições pós-guerra na região —, essa onda foi fundamental para a expansão das instituições sionistas e para o fortalecimento do projeto de colonização agrícola e urbana no território sob Mandato Britânico.

²¹ Kibutz como ressalta Gilbert (2010) foram comunidades agrícolas e coletivas de colonos judeus durante o mandato Britânico onde os membros compartilham recursos e trabalham de forma colaborativa, dividindo igualmente os lucros e responsabilidade.

Até a mão de obra devia ser exclusivamente judaica (origem dos kibbutzim). Por fim, o sionismo criou em pouco tempo a estrutura do futuro Estado, inclusive com um exército (cuja base foi a milícia Haganah), conquistando seu espaço mediante o incentivo à imigração, a compra de terras de proprietários árabes feudais ausentes e a expulsão dos trabalhadores árabes da terra. As instituições fundamentais de Israel (o partido hegemônico, Mapai, trabalhista, a central dos trabalhadores com funções mais amplas do que a de uma simples central sindical, a Histadrut, reservada aos trabalhadores judeus, o núcleo do exército, a Haganah, a universidade etc. foram erguidas bastante anos antes da criação do Estado de Israel (Coggiola, 2016, p. 177).

O Haganah, como ressalta Gilbert (2010) preocupava-se em garantir a segurança dos assentamentos. Embora não fosse oficialmente reconhecida pelo Mandato, era o principal braço armado da organização sionista e era composta pelos próprios colonos dos *kibbutzim* de forma voluntária. Com a compra de terras, tornou-se fundamental que não houvesse limitações para a migração judaica. De fato, entre 1922 e 1930, as migrações judaicas ocorreram sem nenhuma restrição, apesar das fortes críticas dos palestinos.

Nesse contexto de migrações, o governo britânico realizou censos populacionais por meio de relatórios. Os de 1922 (o ano de início do Mandato Britânico) e de 1931 merecem especial consideração. Nessas pesquisas, o governo utilizava a religião, e não características físicas ou de linguagem, como principal marcador de diferenciação. O censo populacional buscava identificar as mudanças demográficas na Palestina por meio da filiação religiosa, utilizando esse marcador em cada cidade analisada. É importante mencionar alguns dados, especialmente nas principais cidades, chamadas de distritos. Em 1922, a população de Jerusalém era composta por 155 mil muçulmanos, 62 mil judeus e 42 mil cristãos Gilbert (2010)

O relatório de J. B. Barron²², de outubro de 1922, destaca que existiam, ao todo, 757 mil pessoas no território, incluindo os próprios britânicos. De forma geral, utilizando a religião como marcador, a população da Palestina era composta por 590 mil muçulmanos, 83 mil judeus e 73 mil cristãos. Vale mencionar a presença de 7 mil drusos e uma pequena parcela de sikhs. A análise demonstra um claro domínio muçulmano, mesmo diante das migrações.

Tabela 1: Censo palestino de 1922		
Religião	População total	Percentual (%)

²² PALESTINE, Government of. *Census of Palestine 1922: Report and Summaries*. Jerusalém: Government of Palestine, 1923. 58 p.

Muçulmanos	590.890	78,0
Judeus	83.794	11,1
Cristãos	73.024	9,6
Drusos	7.028	0,9
Outros	2.446	0,4
Total	757.182	100%
Fonte: Adaptado de <i>Report and General Abstracts of the Census of 1922</i> (Palestine, 1922, p. 3).		

O documento aponta que a população muçulmana é a maioria significativa. No entanto, é importante mencionar um aspecto muitas vezes negligenciado: a população cristã também é composta por palestinos. Embora sejam uma minoria em comparação com os muçulmanos, eles constituem uma população nativa com fortes laços culturais e históricos com a terra.

Mesmo diante dessa percepção, qual seria o caminho do sionismo? Uma visão específica de socialismo, vinda dos *kibbutz* como plano de Estado, foi evidente nos primeiros anos do Mandato, mas não era a única. Um grande antagonista desse sionismo socialista foi encabeçado por Zeev Jabotinsky, o líder do sionismo revisionista. Mas quem era Jabotinsky? Como ele pôde criar uma vertente de sionismo? Nascido em Odessa (atual Ucrânia), ele foi contemporâneo dos *pogroms* contra judeus no Império Russo. Jabotinsky nunca residiu permanentemente na Palestina; contudo, durante a Primeira Guerra, lutou junto aos ingleses contra o próprio Império Otomano. Sua inclinação para criar o sionismo revisionista foi resultado de seu rompimento com os sionistas moderados.

Criado em 1925, o conceito de sionismo revisionista deriva da ideia de rever, ou seja, voltar às ideias originais do sionismo, principalmente as de Theodor Herzl. O sionismo revisionista tinha em mente a criação rápida do Estado de Israel, baseado nas perspectivas bíblicas e incluindo o território da Jordânia. Durante o Mandato Britânico, a Jordânia (anteriormente conhecida como Transjordânia) tornou-se independente e, sob o governo de Abdullah, que não permitiu a migração de judeus para a parte jordaniana. O governo britânico reconheceu a independência da Transjordânia, tornando-se um grande aliado do emir. Essa aliança entre britânicos e jordanianos fez com que os sionistas revisionistas se tornassem críticos do governo inglês.

Segundo Khalidi (2024), Zeev Jabotinsky não escondia o caráter colonial de seu movimento. O autor destaca como Jabotinsky entendia a relação da população judaica recém-chegada com os palestinos, afirmando que:

Toda população nativa no mundo resiste à colonização enquanto tiver a mínima esperança de ser capaz de se livrar do perigo de ser colonizada. É isso que os árabes na Palestina estão fazendo, e continuarão a fazer enquanto existir uma solitária faísca de esperança de que serão capazes de evitar a transformação da "Palestina" na "Terra de Israel" (Khalidi, 2024, p. 23).

No contexto dos anos 1930, a colonização ainda embora houvesse já alguns questionamentos sobre suas práticas isso ainda não era feito de forma enfática, como por exemplo foram feitos nos anos 60 e 80. A colonização da África e da Ásia, por exemplo, estava a pleno vapor e sem grandes contestações naquele período. No entanto, o estilo colonial adotado na Palestina era peculiar. A nação com o poder de tutela eram os britânicos, mas não eram eles que usufruem da terra e de seus recursos, e sim um outro grupo: os judeus.

Zeev Jabotinsky, sem ambiguidades, estabelecia que a conquista de uma região como a Palestina, com uma população já existente, só seria possível por meio do uso da força. Ele chamava essa abordagem de "muro de ferro". A colonização sionista, segundo o autor, "[...] só pode seguir e se desenvolver sob a proteção de um poder independente da população nativa atrás de uma parede de ferro, que a população nativa não pode romper" (Khalidi, 2024, p. 24).

Segundo o intelectual sionista, a colonização só seria estabelecida através do cansaço, ou seja, as populações nativas (os palestinos) chegariam a um momento em que se conformariam e aceitariam o Estado de Israel sem hesitação. O sionismo nunca teria alcançado o poder necessário para a colonização da Palestina sem o apoio britânico. Contudo, essa relação de proximidade não seria eterna nem isenta de questionamentos.

Como exposto anteriormente, um dos pontos de ruptura entre os sionistas revisionistas e o governo britânico foi a questão da Transjordânia. A autonomia da Transjordânia, que era reconhecida como uma nação separada do Mandato, a proibição de migração de judeus para o seu território e a aliança entre britânicos e jordanianos fizeram com que os sionistas revisionistas se tornassem críticos do governo inglês.

De forma sucinta, o sionismo socialista tendeu, durante o Mandato, a focar no trabalho e no esforço dos judeus na construção de um Estado baseado no coletivismo e na troca de saberes, embora isso implicasse o sacrifício dos trabalhadores árabes. Já o sionismo revisionista, por sua vez, idealizava um Estado focado em preceitos bíblicos, soberano e nacionalista, que abrangesse toda a região geográfica do Mandato Britânico. Desse modo, a presença britânica era vista como um obstáculo para os próprios sionistas revisionistas.

A presença dos colonos judeus, no final da década de 1930, foi fortemente questionada pelas comunidades locais. É importante destacar que essas comunidades não eram homogêneas nem unidas sob um único modelo. O que as unia era, certamente, a aversão ao sionismo, enquanto o que as separava era sua própria desunião.

Por outro lado, a desunião entre os sionistas socialistas e revisionistas era motivada pelo controle do futuro Estado judeu. De fato, os sionistas socialistas detinham uma ampla maioria, além de grande relevância política e contatos. O partido *Mapai*, por exemplo, controlava as organizações trabalhistas judaicas, conferindo ampla influência a essa vertente do sionismo. Além disso, a sua abordagem de construir o Estado judeu com paciência, pautada em um socialismo democrático, mesmo com os conflitos com os palestinos, contrastava com o método dos revisionistas.

Em contrapartida, os revisionistas buscaram a mesma relevância política por meio da criação do Betar. Contudo, não conseguiram obter o mesmo apoio que os sionistas trabalhistas. Apesar disso, os revisionistas também criaram uma organização paramilitar, o *Irgun*, como parte dessa disputa. (Gilbert, 2010)

Ao abordar a diversidade do sionismo socialista, é importante ter em mente que existiam dois partidos com objetivos distintos durante o Mandato Britânico. O primeiro, de orientação marxista, era o Tezair, que, conforme ressalta Gilbert (2010), “defendia a formação de um Estado binacional na Palestina, de modo que judeus e árabes partilhassem o mesmo destino” (Gilbert, 2010, p. 81).

No entanto, o partido com maior relevância era de fato o Mapai, que também tinha um viés socialista, mas defendia a construção de um Estado judeu sob a perspectiva de um socialismo democrático, mesmo com os conflitos com os árabes. Apesar dessas tensões, as migrações judaicas para o solo palestino não pararam; pelo contrário, continuaram intensas. De certa forma, essa migração legal

teria seu fim quase no final dos anos 1930. Até lá, os conflitos entre as duas populações seriam intermitentes, mas as tensões seriam constantes.

A tensão entre a população árabe e os colonos judeus se tornou mais evidente no final de 1928. Como destaca Gilbert (2010), a crescente hostilidade dos árabes contra os judeus foi influenciada por rumores, divulgados pelo mufti²³, de que os judeus tinham intenções em relação à Mesquita de Al-Aqsa, no Monte do Templo. Outras tensões religiosas também ocorreram em 1929, quando houve conflitos sobre as orações de judeus no Muro das Lamentações. O aumento dessas hostilidades causou, como cita Gilbert (2010), uma crescente tensão entre as duas comunidades. Em 23 de agosto de 1929, por exemplo, houve um ataque contra judeus desarmados. No geral, os ataques nesse conflito sempre vinham de ambos os lados, ocorrendo em intervalos.

Sobre o Muro das Lamentações, cumpre destacar, conforme destaca Salgado (2017), que as tensões se originaram da disputa pela posse da área situada na Cidade Antiga de Jerusalém. Esta localidade possui um valor espiritual compartilhado: para os muçulmanos, o muro é sagrado por sua conexão com a Isra (Viagem Noturna) e a Miraj (Ascensão de Muhammad), consolidando Jerusalém como um pilar do Islã desde os seus primórdios (Armstrong, 2000).

Paralelamente, o muro detém um peso simbólico decisivo para o movimento sionista, sendo interpretado como o vestígio remanescente do Segundo Templo, destruído pelos romanos em 70 d.C. Sob essa percepção, o monumento funciona como uma evidência histórica da ancestralidade judaica na região, dessa forma sendo ressignificado de um ícone religioso para um pilar da identidade nacional e da agenda política sionista.

Depois da primeira revolta de 1929 contra a colonização sionista, uma comissão oficial conhecida como "Comissão Shaw"²⁴ foi designada para investigar os acontecimentos na Palestina. Como destaca Coggiola (2016), a comissão apontou que a revolta não tinha um cunho propriamente religioso na

²³ Mufti: segundo Demant (2015) é a autoridade religiosa islâmica que interpreta a lei islâmica (Sharia) e emite pareceres jurídicos (fatwas) sobre questões religiosas e jurídicas, desempenhando papel importante na orientação da comunidade muçulmana.

²⁴ Comissão Shaw: de acordo com Coggiola (2016), foi uma investigação britânica estabelecida em 1929 para apurar causas de distúrbios entre árabes e judeus na Palestina, concluindo que a imigração judaica e a aquisição de terras eram principais causas de tensão, levando a mudanças na política britânica na região.

verdade foi motivada pelo apoio do mandato aos sionistas principalmente no que se refere a aquisição de terras Palestinas e a expulsão dos camponeses.

As tensões e a violência, por sua vez, legitimaram a defesa do militarismo pelos sionistas revisionistas para o estabelecimento de um Estado soberano. Os revisionistas acreditavam que a luta era a única maneira de um Estado judeu sobreviver em contato com os palestinos. A primeira década do Mandato foi marcada pela ascensão de partidos sionistas com ideias divergentes sobre o futuro Estado judeu, pela hostilidade árabe em relação à migração e ao próprio projeto sionista e, por fim, pelo nascimento de um nacionalismo árabe, quase simultâneo, como resposta ao sionismo. Esse nacionalismo, nas próximas décadas, mudaria as relações na Palestina.

Entre 1930 e 1933, a Palestina, sob o Mandato Britânico, atravessou uma fase de redefinições políticas cruciais. Esse intervalo não pode ser visto apenas como um momento de transição entre os distúrbios de 1929 e outras tensões, mas sim como um período no qual se consolidaram dinâmicas fundamentais dentro da política local e internacional. As tensões entre os árabes palestinos, as autoridades coloniais e o movimento sionista atingiram novos patamares, revelando a dificuldade britânica em administrar processos tão distintos e concorrentes e suas contradições herdadas da Declaração de Balfour.

Esse período, portanto, é fundamental para compreender a radicalização posterior das relações entre árabes e judeus e as dificuldades britânicas em manter a estabilidade regional dentro desse território. Os confrontos que aconteceram entre esses grupos sobretudo em Jerusalém marcaram a política da Palestina na década seguinte (Segev, 2000). As tensões haviam se acumulado em torno da questão do Muro das Lamentações, considerado local sagrado pelos judeus e pelos muçulmanos. As manifestações religiosas rapidamente se converteram em violência de massa, revelando a fragilidade do governo britânico em gerir disputas comunitárias. A violência repercutiu internacionalmente.

Para os árabes palestinos, os distúrbios foram interpretados como uma reação legítima contra a ameaça existencial que era representada pela imigração judaica e pela aquisição de terras. Já para o movimento sionista, os ataques confirmaram que a presença judaica estava sob risco constante e que apenas uma política de fortalecimento da colonização e da autodefesa poderia garantir a sobrevivência na Palestina (Morris, 2001).

Do lado árabe-palestino, o início da década de 1930 foi marcado por algumas tentativas de reorganização política. As elites locais, dominadas por famílias notáveis como os de Husseini e os Nashashibi, disputavam os espaços de poder. O mufti de Jerusalém, Haj Amin al-Husseini, consolidou sua liderança, articulando um discurso nacionalista e religioso contra a colonização judaica e buscando mobilizar a população rural (Gilbert, 2010).

O nacionalismo palestino, em construção naquele período, sofria com as divisões internas e a repressão britânica, mas nesse período adquiriu maior consistência. O discurso contra a imigração judaica passou a se articular com críticas ao imperialismo britânico, configurando uma luta dupla. De acordo com Khalidi (1997), a década de 1930 foi decisiva para a formação de uma identidade nacional palestina, que se nutria tanto de ressentimentos sociais ligados à perda de terras e ao empobrecimento como a própria religiosidade também se conectava à resistência política.

Embora os anos de 1930 a 1932 tenham sido marcados por debates internos e tentativas de limitações impostas pela política britânica, a conjuntura mudou drasticamente em 1933, com a ascensão de Adolf Hitler ao poder na Alemanha. O antissemitismo agora como política de Estado e as perseguições crescentes estimularam novos fluxos migratórios em direção à Palestina, conferindo urgência ao projeto sionista.

O movimento sionista utilizou dessa conjuntura para pressionar os britânicos a não limitarem de nenhuma forma a migração de judeus argumentando inclusive que imigração agora não era simplesmente um projeto ideológico, mas uma necessidade humanitária (Coggiola, 2016). A Grã-Bretanha, por sua vez, temia que a entrada em massa de mais refugiados desestabilizasse ainda mais a relação difícil com os palestinos da região, mas também não podia ignorar a gravidade da situação europeia. Esse dilema reforçou a ambiguidade da política imperial (Segev, 2000).

Nesse período, a política britânica na Palestina permaneceu prisioneira de compromissos contraditórios. Pois se de um lado, tentava manter a promessa da Declaração de Balfour e a pressão do sionismo; do outro, a necessidade de tentar preservar a estabilidade regional e conter a insatisfação árabe. Tentar conciliar isso tudo levou à percepção de “dupla traição”: os árabes

viam os britânicos como cúmplices da colonização judaica, enquanto os sionistas a consideravam hesitantes e inconsistentes.

Essa ambiguidade, revela que também existiam limites de concessões dentro do imperialismo britânico no Oriente Médio. A Palestina não era apenas uma questão local, mas um espaço estratégico para a defesa das rotas imperiais e de suas zonas de influência, inclusive era rota do petróleo iraquiano que nesse período estava sob tutela britânica. Qualquer medida tomada em Jerusalém repercutia em Londres, e em outras regiões de domínio (Coggiola, 2016).

Nesse período os ingleses produziram um censo populacional bem parecido com o de 1922, mas com algumas diferenças, esse documento foi produzido pelo secretário chefe E. Mills, em 1931, mas ficou pronto somente em 1933.

Tabela 2: Censo de 1931				
Cidade	Muçulmanos	Judeus	Cristãos	Outros
Jerusalém	19.894	51.222	19.335	589
Jaffa	24.731	10.353	17.700	18
Haifa	22.846	15.923	13.921	3.321
Tel Aviv	126	46.069	243	288
Hebron	16.680	114	2	8
Nablus	17.498	6	774	160
Gaza	16.924	129	109	28
Lydda	10.224	56	967	10
Ramle	8.875	56	1.109	2
Safad	7.917	2.508	1.134	3
Nazaré	6.275	73	4.312	5
Tiberíades	5.345	6.541	682	7
Acre	6.742	260	1.914	10
Belém	3.147	78	5.378	5
Majdal	6.223	3	1	5
Tulkarm	4.801	4	25	2
Ramallah	3.659	25	1.258	0
Khan Yunis	3.823	28	1	0

Beisan	2.639	174	102	16
Beersheba	2.789	11	148	5
Shafa 'Amr	1.897	6	453	496
Beit Jala	136	13	2.766	3

Fonte: Adaptado de Mills, E. *Census of Palestine 1931: volume II, Palestine, part II, tables*. Alexandria: Whitehead Morris, 1933.

A análise demográfica revelou um período de significativo crescimento e transição no território analisado. O censo registrou uma população total de 1.035.821 habitantes em 1931, representando um aumento de 278.639 pessoas em comparação com o censo de 1922 em termos de comparação. Este crescimento cabe ressaltar não foi uniforme; os dados indicam uma notável concentração em centros urbanos. Cidades como Jerusalém, Jaffa e em particular, Haifa e Tel Aviv, demonstraram um aumento populacional bem expressivo. O crescimento de Tel Aviv, por exemplo, foi um grande indicativo do rápido desenvolvimento da cidade. Este fenómeno de urbanização sugere uma dinâmica de migração interna e, possivelmente, externa, impulsionada por oportunidades econômicas e de infraestrutura.

A divisão religiosa da população é um dos elementos mais importantes e complexos do censo populacional, usado como marcador de diferença a tabela detalha a população por religião nas cidades, demonstra uma distribuição demográfica complexa e variada. Enquanto Jerusalém exibia uma maioria judaica significativa, outras grandes cidades como Jaffa, Haifa e Nablus tinham uma maioria muçulmana.

Tel Aviv, por sua vez, apresentava uma esmagadora maioria judaica. A inclusão sistemática da afiliação religiosa como prioritário nas tabelas em vez da distribuição por idade, sexo, estado civil e outras categorias) indica como a religião era um marcador demográfico e social central, utilizado pela administração do Mandato para fins de governança e manutenção

É crucial analisar o censo dentro da perspectiva da motivação que ele foi feito. Como documento oficial do Mandato Britânico, ela reflete as prioridades e a metodologia de uma potência colonial. A categorização da população, as definições de "cidade" e a própria escolha de dados foram moldadas por objetivos administrativos, que podem não coincidir com as realidades e identidades

vivenciadas pela população palestina. A ausência de dados para toda a Palestina na Tabela, por exemplo, é uma limitação da fonte que compromete uma análise holística da composição religiosa de toda a região, limitando a análise aos dados urbanos.

O Censo da Palestina é um reflexo não apenas da população que o preenche, mas também da autoridade que o produziu, e as suas categorias e dados são um testemunho das dinâmicas políticas e administrativas que moldaram a região no início do século XX. Foi uma ferramenta crucial para a estratégia sionista, principalmente porque a sua natureza quantitativa por meio das migrações funcionou como no caso do crescimento de Tel Aviv e dessa forma, permitiu a criação de argumentos demográficos e estatísticos, que se tornaram centrais no debate político da época sobre a migração judaica.

Essa validação demográfica vinculada ao crescimento populacional foi o dado mais poderoso para o movimento sionista, pois, com crescimento da população, percebeu-se que a população judaica duplicou desde o censo de 1922, com um aumento significativo muito fruto das migrações. Este crescimento substancial, foi usado como prova do sucesso do projeto sionista. As estatísticas serviam para mostrar que o "lar nacional" estava a atrair um número significativo de colonos.

É necessário perceber como eventos ocorrendo fora do território palestino influenciaram tensões locais. A ascensão de Hitler é um exemplo, pois deu argumentos para os sionistas insistirem no aumento da migração. Dessa forma, os palestinos mesmo que sem ser de uma forma homogênea também estabelecem resistências possíveis ao sionismo nesse período inclusive por meio de revoltas e greves, como destaca Coggiola (2016).

A maior revolta desse período foi a revolta árabe de 1936. A revolta árabe de 1936 foi um evento complexo e bastante multifacetado que destacou as tensões profundas entre três atores: palestinos, judeus e ingleses. A revolta começou como uma onda de greves e manifestações, era uma manifestação explícita perante o colonialismo inglês. Cabe ressaltar, que essa manifestação, pelo seu caráter crítico aos ingleses, colocava esse protesto dentro de uma perspectiva internacional. A greve geral foi combatida aos poucos pelos ingleses contando com a ajuda de milícias sionistas, de acordo com Coggiola (2016).

A revolta não somente visava à crítica aos ingleses, na verdade também se dirigia a colonização sionista da Palestina. E não só isso, mas sobretudo, contra as autoridades britânicas, a crítica ao poder estrangeiro, de quem os palestinos exigiam a constituição de um governo nacional próprio e independente dentro desse espaço. As autoridades britânicas responderam a revolta com uma repressão violenta e os sionistas participarem desse conflito do lado inglês incluindo represálias contra os que já eram vistos como um obstáculo fundamental para a colonização sionista.

Diante dessa revolta, os ingleses perceberam que manter a ordem dentro do território palestino seria improvável e criam a Comissão Peel, em 1937. De acordo com Grinberg (2000), tratou-se de uma investigação britânica liderada por Lord Peel, que recomendou a partilha da Palestina em estados árabe e judeu, com Jerusalém britânica, marcando a primeira proposta oficial de divisão territorial

Essa comissão teve como missão investigar a situação da Palestina durante o processo das revoltas árabes, inclusive suas motivações. Embora elas estivessem bem definidas sendo relacionadas ao antagonismo ao sionismo, a comissão recomendou a partilha do país. O parecer da comissão foi aceito pelos sionistas mesmo que com ressalvas, pois os planos expansionistas do sionismo teriam limitações visto que a comissão Peel ressaltava que a partilha deveria gerar dois Estados um Judeu de fato e outro árabe. Os árabes foram totalmente avessos a essa ideia (Grinberg, 2000).

Os próprios sionistas não eram favoráveis a esse plano, mas entendiam que era uma forma de conquistar um Estado Judeu, era uma possibilidade prática. Ben Gurion dizia sobre a aceitação sionista da partilha da Palestina, proposta pelos ingleses): “Um Estado judeu parcial não é o objetivo final, mas apenas o princípio. Estou convencido de que ninguém pode nos impedir de nos estabelecer em outras partes do país e da região”(Coggiola,2016,p.190). E ainda destaca que um Estado judeu) seria somente um estágio na realização do sionismo e sua tarefa seria preparar o terreno para uma futura expansão. O Estado terá que preservar a ordem, não predicando, mas com metralhadoras” (Coggiola, 2016, p.191). Dessa forma, desenhava-se, assim, um conflito de longo prazo, com vários protagonistas: representados pelos colonialistas ingleses, judeus sionistas, nacionalistas árabes e lideranças operárias e populares (árabes e judias) com interesses divergentes e conflituosos.

A Agência Judaica que era a representação na Palestina da Organização Sionista Mundial) aceitou também esses pareceres, com críticas quanto às dimensões do Estado judeu que o sionismo tinha pretensão de serem maiores. O Alto Comitê Árabe as rechaçou, logo após a negativa do Comitê Árabe, as revoltas continuaram e os ingleses responderam com violência.

Os ingleses voltaram a pôr a repressão como sua principal política e foi dessa forma, que as tropas inglesas, junto da polícia do mandato com o apoio de voluntários judeus, vindas do Haganah e do Irgun, que o processo foi altamente violento. O movimento árabe palestino não se recuperou em muito tempo dos milhares de mortos, dos inumeráveis presos e deportados, da desagregação de partidos políticos e sindicatos” (Coggiola, 2016, p.194). A Comissão Woodhead, foi enviada pela Inglaterra à Palestina em março de 1938, para preparar a execução do plano de partilha da Comissão Peel, mas esse plano não seria possível ainda mais depois da violência dos ingleses com os palestinos.

Os palestinos não renunciaram ao seu território, e os sionistas, que viram um "desvio" na política oficial britânica, ainda não aceitavam a ideia de criar o Estado judaico apenas numa parte da Palestina – o que significaria naquele momento renunciar à reivindicação da totalidade do país. Considerando inviável o plano de divisão da Palestina naquele momento, os britânicos recuaram e propuseram no “*Livro Branco* de 1939” a criação de um único Estado para árabes e judeus no prazo de dez anos – proposta que, com a criação da ONU, viria a ser retomada, anos depois. Os ingleses, perceberam que as inúmeras tensões causadas pela própria política britânica só poderiam ser resolvidas com a construção de dois Estados (Coggiola, 2016).

O documento em questão também limitava a migração judaica. A medida surtiu efeito por um tempo, mas os conflitos entre colonos judeus e palestinos continuavam. Com os ingleses adotando a política do *Livro Branco*, como ressaltava Grinberg (2000), os próprios judeus partiram para a violência em protesto contra a limitação da migração. Desse modo, com o tempo, a presença inglesa foi rechaçada tanto por árabes quanto por judeus, que queriam o fim desse domínio. No entanto, o momento em que os ingleses pensaram em limitar a presença judaica na Palestina coincidiu com o começo da Segunda Guerra Mundial, em 1939.

A virada inglesa nas vésperas dos conflitos europeus estava determinada a limitar a migração de judeus pelo medo de perder o apoio árabe às

vésperas da Segunda Guerra Mundial. Mas, como resultado da crise econômica mundial, do crescimento do antissemitismo europeu – em boa parte decorrente da própria crise econômica – e da ascensão de Hitler na Alemanha, assim como das perseguições antissemitas nesse país e na Europa oriental, os refugiados judeus chegavam cada vez em maior número à Palestina, só que dessa vez de forma ilegal, como lembra Gilbert (2010).

A Segunda Guerra Mundial, assim como a Primeira Guerra, seria mais um evento de grandes proporções que modificaria as fronteiras e a história do Oriente Médio contemporâneo. Seria o enfraquecimento das potências coloniais, encabeçadas por França e Inglaterra, e o surgimento de novos atores e novas resistências. Será diante desses eventos históricos que a Palestina também terá uma transformação, e as pretensões do sionismo no século XX também.

CAPÍTULO 3: UMA PALESTINA EM TRANSFORMAÇÃO

3.1 O LIVRO BRANCO DE 1939 E A CRISE DO LAR NACIONAL

Com o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, esse impacto reverberou para além do continente europeu, alcançando as possessões coloniais na África e na Ásia. No contexto do Oriente Médio, as potências aliadas exerciam o controle sobre territórios estratégicos: enquanto a França detinha os mandatos sobre o Líbano e a Síria, a Grã-Bretanha exercia a tutela sobre a Palestina. De acordo com Rogan (2017), a conexão estrutural entre metrópoles e colônias garantiu que os desdobramentos do conflito global geraram impactos diretamente nessas regiões, catalisando tensões políticas locais.

Embora esta pesquisa não pretenda detalhar as campanhas militares, a contextualização do período é fundamental para compreender o enfraquecimento dos impérios coloniais no pós-guerra e a subsequente ascensão dos nacionalismos árabes.²⁵

A independência da Síria e do Líbano, que estavam sob Mandato Francês desde o fim da Primeira Guerra Mundial, foi significativamente acelerada pelo contexto da Segunda Guerra Mundial. Com a queda da França para a Alemanha em 1940, o controle da região passou para a França de Vichy, que era aliada dos nazistas. Em 1941, forças britânicas e da França Livre invadiram a área (Campanha Síria-Líbano), garantindo a promessa de independência. O Líbano declarou e teve sua independência reconhecida em 1943, e a Síria, embora reconhecida como país independente em 1944 e membro fundador da ONU em 1945, só viu a retirada final das tropas francesas e sua independência de fato em 17 de abril de 1946. Este período marcou o fim do domínio colonial francês no Levante.

Um processo histórico de interesse imediato na análise aqui desenvolvida é o posicionamento do Império Britânico diante da iminência da Segunda Guerra Mundial e a gestão de suas possessões na Palestina. Como discutido ao final do capítulo anterior, a administração britânica, pautada por uma histórica ambiguidade, percebia que a coexistência entre árabes e judeus sob o Mandato tornara-se insustentável. Às vésperas do conflito global, o governo britânico temia que o

²⁵ Para uma visão abrangente sobre o tema do nacionalismo árabe, Albert Hourani(1991) e Eugene Rogan(2017) são referências essenciais.

acirramento das tensões com a população árabe pudesse comprometer a estabilidade regional em um momento de vulnerabilidade imperial. Diante do fracasso nas negociações entre as duas comunidades, Londres teve que intervir e decidiu unilateralmente por meio do Livro Branco de 1939.²⁶

Mais do que um recuo deliberado em relação a política sionista, o Livro Branco configurou-se como um instrumento de realismo político, visando diminuir a hostilidade árabe e esclarecer as intenções britânicas na região. Afinal, na véspera de uma guerra de dimensões mundiais, a manutenção da ordem nas colônias e áreas de influência era um imperativo estratégico superior a qualquer promessa diplomática prévia (Grinberg, 2000).

A administração britânica sustentava a premissa de que a estabilidade e o bem-estar da população palestina dependiam de uma definição clara de diretrizes políticas. Embora a proposta de partilha recomendada pela Comissão Peel (Comissão Real) visasse essa clareza, a criação de um Estado árabe e judeu independentes e autossuficientes foi considerada impraticável no contexto da época. Consequentemente, o governo britânico formulou políticas alternativas, consolidadas no Livro Branco de 1939. O documento estruturava-se em três eixos fundamentais: constituição, imigração e posse de terras. A primeira seção dedica-se especificamente à redefinição do conceito de 'Lar Nacional Judeu' da seguinte forma

Foi argumentado que a expressão "um lar nacional para o povo judeu" oferecia a perspectiva de que a Palestina pudesse, em tempo oportuno, tornar-se um Estado ou Comunidade Judaica. O Governo de Sua Majestade não deseja contestar a opinião, expressa pela Comissão Real, de que os líderes sionistas na época da Declaração Balfour reconheciam que um Estado judeu definitivo não era excluído pelos termos da Declaração. Mas, assim como a Comissão Real, o Governo de Sua Majestade acredita que os idealizadores do Mandato no qual a Declaração Balfour foi incorporada não poderiam ter pretendido que a Palestina fosse convertida em um Estado judeu contra a vontade da população árabe do país. A ideia de que a Palestina não deveria ser convertida em um Estado judeu pode ser considerada implícita na passagem do Documento de Comando de 1922, que diz o seguinte: "Foram feitas declarações não autorizadas no sentido de que o objetivo em vista é criar uma Palestina totalmente judaica. Foram usadas frases como 'a Palestina deve se tornar tão judaica quanto a Inglaterra é inglesa'. O Governo de Sua Majestade considera tal expectativa impraticável e não tem esse objetivo em vista. Tampouco jamais cogitou o desaparecimento ou a subordinação da população, língua ou cultura árabe na Palestina. O Governo de Sua Majestade gostaria de chamar a atenção

²⁶ O Livro Branco de 1939 (ou Livro Branco de MacDonald) foi o documento oficial que marcou a guinada na política britânica para a Palestina no pré-guerra. Em resposta à Grande Revolta Árabe (1936-39), o texto propunha a criação de um Estado independente em dez anos e impunha restrições severas à imigração judaica e à compra de terras, visando garantir a estabilidade regional e o apoio árabe diante da iminente Segunda Guerra Mundial (Cf. Grinberg, 2000; Rogan, 2017).

para o fato de que os termos da Declaração (Balfour) mencionada não contemplam que a Palestina como um todo deva ser convertida em um Lar Nacional Judeu, mas sim que tal Lar seja fundado NA Palestina."Mas esta declaração não dissipou as dúvidas, e o Governo de Sua Majestade declara, portanto, inequivocamente, que não faz parte de sua política que a Palestina se torne um Estado judeu. Considerariam, de fato, contrário às suas obrigações para com os árabes sob o Mandato Britânico, bem como às garantias dadas ao povo árabe no passado, que a população árabe da Palestina fosse submetida a um Estado judeu contra a sua vontade.³ (GRÃ-BRETANHA. Palestine: Statement of Policy (White Paper de 1939), maio de 1939. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/brwh1939.asp. Acesso em: 26 abr. 2026. Tradução nossa).

Nesta primeira seção, a administração britânica buscou reinterpretar os pilares da Declaração de Balfour de 1917, documento que, conforme discutido anteriormente, serviu como base jurídica e política para o projeto sionista. O objetivo de Londres era sinalizar às lideranças árabes que o estabelecimento de um 'Lar Nacional' não implicava, necessariamente, na conversão de toda a Palestina em um Estado judeu. Essa inflexão interpretativa foi precipitada pela Grande Revolta Árabe (1936-1939), cujas tensões explicitaram a urgência de um novo posicionamento mandatário.

Outro aspecto central e profundamente polêmico do Livro Branco de 1939 possivelmente o ponto de ruptura definitiva entre o movimento sionista e a Grã-Bretanha que se refere à política migratória. Enquanto o Artigo 6º do Mandato Britânico como visto anteriormente no capítulo 2 previa que o governo deveria facilitar a imigração judaica, a seção correspondente no Livro Branco de 1939 introduziu uma mudança paradigmática na perspectiva inglesa na seção do Livro Branco sobre a migração existe uma mudança significativa de perspectiva inglesa da seguinte forma

As alternativas que se apresentam ao Governo de Sua Majestade são: (i) buscar a expansão indefinida do Lar Nacional Judeu por meio da imigração, contrariando a vontade expressa do povo árabe do país; ou (ii) permitir a expansão do Lar Nacional Judeu por meio da imigração somente se os árabes estiverem dispostos a concordar. A primeira política significa governar pela força. Além de outras considerações, tal política parece ao Governo de Sua Majestade contrária a todo o espírito do Artigo 22 do Pacto da Liga das Nações, bem como às suas obrigações específicas para com os árabes no Mandato da Palestina. Além disso, as relações entre árabes e judeus na Palestina devem, mais cedo ou mais tarde, basear-se na tolerância e na boa vontade mútuas; a paz, a segurança e o progresso do próprio Lar Nacional Judeu exigem isso. Portanto, o Governo de Sua Majestade, após cuidadosa consideração e levando em conta o quanto o crescimento do Lar Nacional Judeu foi facilitado nos últimos vinte anos, decidiu que chegou a hora de adotar, em

princípio, a segunda das alternativas: A imigração judaica nos próximos cinco anos ocorrerá a uma taxa que, se a capacidade de absorção econômica permitir, e a partir do início de abril deste ano, de cerca de 75.000 imigrantes nos próximos cinco anos. Esses imigrantes seriam admitidos, sujeitos ao critério da capacidade de absorção econômica, da seguinte forma: Para cada um dos próximos cinco anos, será permitida uma quota de 10.000 imigrantes judeus, ficando entendido que uma eventual falta em um ano poderá ser compensada com a adição de novas quotas nos anos subsequentes, dentro do período de cinco anos, caso a capacidade de absorção econômica o permita. Além disso, como contribuição para a solução do problema dos refugiados judeus, 25.000 refugiados serão admitidos assim que o Alto Comissário estiver convencido de que as provisões adequadas para seu sustento estão garantidas, sendo dada especial atenção às crianças refugiadas e seus dependentes.⁴ (Livro Branco, 1939, p. 2GRÁ-BRETANHA. Palestine: Statement of Policy (White Paper de 1939), maio de 1939. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/brwh1939.asp. Acesso em: 26 abr. 2026. tradução nossa).

Com a imposição de limites à imigração estremeceu definitivamente as relações entre o movimento sionista e a administração britânica. No entanto, a liderança sionista não apresentava um consenso tático imediato: Chaim Weizmann por exemplo sustentava a premissa de que as diretrizes do Livro Branco de 1939 eram uma concessão pragmática e temporária de Londres para garantir a estabilidade árabe durante o esforço de guerra (Shapira, 2025). Weizmann acreditava em uma reavaliação dessa política após o conflito; em contrapartida, David Ben-Gurion adotava uma postura mais cética, articulando a busca por novos aliados internacionais em substituição ao Reino Unido.

Esse redirecionamento estratégico encontrou eco nos Estados Unidos²⁷, onde o apoio da comunidade judaico-americana à presidência de Franklin Roosevelt tornou-se um fator político relevante durante a Segunda Guerra Mundial (Shapira, 2025). Todavia, o desfecho do conflito global não trouxe a mudança de postura esperada pelos sionistas. As expectativas de uma mudança pró-Sionismo foram frustradas pela derrota eleitoral de Winston Churchill, historicamente um entusiasta do projeto sionista e a subsequente ascensão do Partido Trabalhista ao poder britânico, que manteve as restrições do período anterior

²⁷ A relação de David Ben-Gurion com a administração de Franklin D. Roosevelt e, posteriormente, com Harry Truman, marca o deslocamento do eixo diplomático sionista de Londres para Washington. Embora Roosevelt mantivesse uma postura de cautela para não alienar os aliados árabes durante a Segunda Guerra Mundial, Ben-Gurion e a Agência Judaica intensificaram o lobby nos Estados Unidos, culminando no Programa Biltmore (1942). Após a morte de Roosevelt, a ascensão de Truman foi decisiva: sob pressão interna e sensibilizado pelo cenário do pós-Holocausto, Truman tornou-se o principal fiador externo da partilha da ONU, fazendo dos EUA a primeira potência a reconhecer de facto o Estado de Israel em 1948. (Cf. GILBERT, 2010; ROGAN, 2017).

Nesse mesmo processo, Outro ponto importante do Livro Branco se refere à terra quando enfatiza o seguinte:

Seção III. Terra Nos termos do Artigo 6º do Mandato , a Administração da Palestina é obrigada, "garantindo que os direitos e a posição de outros segmentos da população não sejam prejudicados", a incentivar "o assentamento denso de judeus na terra", e nenhuma restrição foi imposta até o momento à transferência de terras de árabes para judeus. Os relatórios de diversas comissões de especialistas indicaram que, devido ao crescimento natural da população árabe e à venda constante de terras árabes para judeus nos últimos anos, em certas áreas não há mais espaço para novas transferências de terras árabes, enquanto em outras áreas tais transferências devem ser restringidas para que os agricultores árabes mantenham seu padrão de vida atual e para evitar a criação de uma população considerável de árabes sem-terra em breve. Nessas circunstâncias, o Alto Comissário receberá poderes gerais para proibir e regulamentar as transferências de terras. Esses poderes entrarão em vigor a partir da publicação desta declaração de política e o Alto Comissário os manterá durante todo o período de transição. A política do Governo será orientada para o desenvolvimento da terra e para o aprimoramento, sempre que possível, dos métodos de cultivo. À luz desse desenvolvimento, o Alto Comissário poderá, caso esteja convencido de que os "direitos e a posição" da população árabe serão devidamente preservados, rever e modificar quaisquer decretos emitidos relativos à proibição ou restrição da transferência de terras (Livro Branco, 1939, p. 3, GRÃ-BRETANHA. Palestine: Statement of Policy (White Paper de 1939), maio de 1939. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/brwh1939.asp Acesso em: 26 abr. 2026. Tradução nossa. tradução nossa).

Como as lideranças palestinas também lidaram com essa política? A comunidade árabe em medida rejeitou a política do Livro Branco porque permitia o prosseguimento da imigração judaica, mesmo que em uma taxa reduzida, preservava o status político e adiou a independência da Palestina por mais dez anos. Já como já dito, os sionistas rejeitaram a política do Livro Branco porque essa política fechava a Palestina à imigração judaica num momento em que aumentavam as atrocidades nazistas contra os judeus.

O impacto da noite dos cristais²⁸ em novembro de 1938, havia institucionalizado o terror contra os judeus alemães, configurando-se como o mais grave pogrom europeu até então. Ao descartar explicitamente a criação de um Estado judeu e limitar o socorro às vítimas do nazismo, o Livro Branco foi interpretado pelas lideranças sionistas como uma capitulação britânica (Rogan, 2017).

²⁸ Denominação do pogrom ocorrido entre 9 e 10 de novembro de 1938, quando o regime nazista coordenou ataques violentos contra a comunidade judaica na Alemanha e Áustria. Segundo Bettencourt (2018), o evento marcou a transição da perseguição legal para a violência física aberta, servindo como um marco onde o Estado testou a passividade da população diante de crimes públicos contra a humanidade.

As diretrizes do Livro Branco de 1939 fragmentaram o posicionamento das lideranças sionistas. David Ben-Gurion, embora opositor ferrenho da proposta britânica, adotou uma postura mais pragmática ao declarar que o movimento deveria apoiar a Grã-Bretanha no combate ao nazismo como se não houvesse o Livro Branco e combater o Livro Branco como se não houvesse a guerra (Rogan, 2017). Em contrapartida, organizações paramilitares como o Irgun e o Lehi radicalizaram sua atuação, passando a identificar o Reino Unido como um inimigo direto. Essas facções contestavam a presença britânica na Palestina, caracterizando-a como um domínio imperial ilegítimo que dificultaria a autodeterminação judaica.

Consequentemente, esses grupos adotaram táticas de insurgência e atentados para viabilizar a criação do Estado. Pode-se afirmar que o Haganah, o Irgun e o Lehi introduziram métodos de violência política que configuraram-se nas primeiras práticas de terrorismo no Oriente Médio contemporâneo após o colapso do Império Otomano. Ao término da Segunda Guerra Mundial, com a derrota do Eixo, a administração britânica enfrenta uma insurgência judaica de magnitude superior a qualquer resistência árabe ocorrida anteriormente (Rogan, 2017).

3.2 HOLOCAUSTO E A EXPANSÃO SIONISTA

Para compreendermos o momento de ruptura definitiva entre o movimento sionista e o Império Britânico, torna-se importante analisar o cenário europeu, especificamente a radicalização das políticas de extermínio do Terceiro Reich com o Holocausto. Esse acontecimento configurou-se como o evento catalisador do desespero e da urgência pela soberania judaica, diante da aniquilação sistemática de seis milhões de judeus o que constitui o maior genocídio do século XX em termos de escala e velocidade de execução.

Segundo Coggiola (2016), aproximadamente dois terços da população judaica europeia foi dizimada durante o conflito. Para apreendermos a dimensão estrutural desse impacto, recorre-se à tese de Zygmunt Bauman em *Modernidade e Holocausto* (1998), onde autor argumenta que o extermínio não deve ser interpretado como um 'atavismo bárbaro' ou um desvio da civilização, mas como um produto intrínseco da racionalidade técnica e da eficiência burocrática moderna.

Bauman sustenta que o Holocausto foi concebido e executado na nossa sociedade moderna e racional, no estágio elevado da nossa civilização e no auge do desenvolvimento cultural humano e, por essa razão, é um problema dessa sociedade, dessa civilização e dessa cultura (Bauman, 1998).

À medida que os relatos das atrocidades alcançavam o Yishuv (a comunidade judaica na Palestina), a liderança sionista viu-se diante de um severo dilema estratégico. Martin Gilbert (2016), em sua vasta análise documental, detalha que o fluxo de informações sobre a “Solução Final” foi recebido inicialmente com ceticismo, evoluindo para um estado de desespero absoluto. Para o autor, a confirmação dos piores temores transformou a imigração para o Mandato em uma 'batalha desesperada contra o tempo' (Gilbert, 2016, p. 200).

Essa conjuntura colocou em xeque a estratégia gradualista do sionismo majoritário. Conforme analisa Coggiola (2016), o sionismo revisionista fundamentado na doutrina do 'Muro de Ferro' de Ze'ev Jabotinsky já interpretava a diáspora europeia como uma armadilha existencial inevitável, tese que se viu tragicamente validada pelos eventos do Holocausto.

A ruptura definitiva ocorreu em 1944, sob a liderança de Menachem Begin (1913-1992)²⁹ à frente do Irgun. A 'Declaração de Revolta' não constitui apenas um ato de insurreição militar, mas sobretudo um manifesto político: o principal argumento é que a Grã-Bretanha, ao manter as fronteiras da Palestina fechadas, traía os termos do Mandato e tornara-se cúmplice moral do extermínio. Em contrapartida, a ala do sionismo socialista mantinha, ainda que sob forte tensão, a tentativa de interlocução diplomática com Londres (Rogan, 2017).

O sionismo revisionista empenhou-se em inviabilizar a administração britânica na Palestina por meio de táticas de sabotagem direta. Nesse contexto, o Holocausto atuou como o elemento catalisador que unificou, sob as diferentes perspectivas, as distintas facções sionistas. A tragédia europeia validou a urgência de soberania plena perante a opinião pública internacional e conferiu legitimidade moral para que a insurgência armada fosse interpretada por parte da comunidade de judeus como o único recurso de sobrevivência e viabilização estatal.

²⁹ Menachem Begin, foi líder do Likud, assumiu o cargo de primeiro-ministro em 1977, pondo fim a quase trinta anos de hegemonia trabalhista. Sua eleição, como afirma Shapira (2025), marcou a primeira alternância de poder entre blocos ideológicos distintos em Israel, consolidando a influência do sionismo revisionista na política nacional.

Consequentemente, o impacto do extermínio transmutou a Palestina de um projeto de 'Lar Nacional' para um imperativo de refúgio e poder soberano (Rogan, 2017).

Em suma, a busca pelo Estado judeu adquiriu novos contornos estratégicos: enquanto a ala liderada por Ben-Gurion e os trabalhistas articulava novas alianças diplomáticas, notadamente com os Estados Unidos, os revisionistas radicalizavam suas pretensões por meio da luta armada (Rogan, 2017).

Com a morte súbita de Ze'ev Jabotinsky em agosto de 1940, em Nova York, constituiu um marco de ruptura para a ala radical do movimento sionista. Enquanto o mentor intelectual do revisionismo falecia no alvorecer do conflito mundial, suas advertências sobre a vulnerabilidade judaica na Europa confirmavam-se da forma mais trágica possível. Esse vácuo de liderança foi preenchido por uma nova geração que, sob o comando de Menachem Begin a partir de 1943, abandonou a diplomacia teórica de Jabotinsky em favor da insurreição armada direta contra o Mandato Britânico, sob a premissa de que o tempo da política institucional havia se esgotado.

Em oposição ao gradualismo da Haganah, o Irgun adotou a tese da Revolta Armada, para os revisionistas liderados por Begin, a via diplomática havia fracassado, restando apenas o uso da força física como instrumento capaz de expelir a administração britânica do território palestino (Coggiola, 2016).

O Irgun direcionou sua ofensiva contra os símbolos do poder mandatário, visando as infraestruturas estratégicas como delegacias, ferrovias e centros administrativos. O ápice dessa estratégia ocorreu em 1946, com o atentado ao Hotel King David, então sede da administração civil e militar britânica. Tal ação buscava elevar os custos financeiros e políticos da manutenção do Mandato a patamares insustentáveis para uma Grã-Bretanha exaurida pelo esforço da Segunda Guerra Mundial (Coggiola, 2016).

Em uma vertente ainda mais radical situava-se o Lehi (Lohamei Herut Israel), frequentemente referido na historiografia britânica como 'Gangue Stern'. Rompendo com o Irgun por sustentar que a insurgência contra Londres deveria persistir mesmo durante o conflito contra o nazismo, o Lehi priorizou táticas de guerrilha urbana e assassinatos políticos direcionados. O exemplo mais notório dessa política foi o atentado contra Lord Moyne, no Cairo, em 1944, que evidenciou a disposição do grupo em atacar alvos de alto escalão do império britânico (Coggiola, 2016).

Conforme analisa a historiografia, a violência exercida por esses grupos dissidentes embora condenada publicamente pela Agência Judaica em episódios como king David operou, na prática, como uma 'pinça' estratégica: enquanto a Haganah consolidava a infraestrutura estatal, o Irgun e o Lehi minavam sistematicamente a autoridade britânica (Gilbert, 2010). Esse arranjo de forças paramilitares transformou a Palestina em um cenário de guerra assimétrica. A contraofensiva britânica, pautada em toques de recolher, execuções e detenções em massa.

Ironicamente essas ações reforçavam a narrativa sionista de que o Mandato havia se degenerado em um regime de ocupação estrangeira desprovido de legitimidade moral. Como observa Coggiola (2016), a militarização do movimento não constituía apenas em si uma resposta à resistência árabe local, mas uma ferramenta de pressão internacional. Ao fim de 1947, a convergência entre a insurgência armada interna e a crise humanitária dos refugiados do Holocausto exauriu a capacidade política de Londres, forçando o governo britânico a admitir a ingovernabilidade da Palestina e a precipitar a transferência da questão para a recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU).

David Ben-Gurion, na qualidade de representante da Agência Judaica, formulou uma postura pragmática que visava equilibrar o apoio tático aos Aliados com a resistência sistemática às restrições britânicas. Sua célebre diretriz estratégica já mencionada de “lutar na guerra contra o nazismo como se não houvesse o Livro Branco, e combater o Livro Branco como se não houvesse a guerra” Shapira(2025) sintetizou dessa forma, a política da 'luta dupla'. Enquanto milhares de voluntários eram incentivados a integrar a Brigada Judaica do exército britânico para angariar experiência militar convencional, a diplomacia sionista em Nova York e Londres preparava as bases para a soberania no pós-guerra (Neto, 2013).

Essa dualidade estratégica, contudo, colidia frontalmente com a “Revolta”, deflagrada por Begin em 1944, para a liderança trabalhista (MAPAI), as ações diretas do Irgun contra a administração britânica eram interpretadas como taticamente desastrosas e politicamente arriscadas. Apesar das tensões internas e dos episódios de violência, o desfecho histórico revelou a consolidação de um 'Estado em espera'. Enquanto o revisionismo causava transtornos para a moral e os recursos do Império Britânico por meio da guerrilha urbana, a Agência Judaica

fortalecia as instituições paraestatais nos âmbitos da saúde, educação, economia e defesa (Gilbert, 2010).

Ao término do conflito mundial em 1945, o movimento sionista consolidou-se como um ator político maduro, operando simultaneamente na diplomacia internacional, no esforço de guerra aliado e na resistência interna mandatária. O cenário do pós-guerra, marcado pela crise dos refugiados europeus, tornou a manutenção do Mandato Britânico politicamente insustentável. A revelação integral das atrocidades nazistas conferiu ao sionismo não apenas uma urgência existencial, mas uma legitimidade moral sem precedentes para a reivindicação de um Estado soberano.

Convém ponderar, conforme argumenta Norman Finkelstein (2004) em “A Indústria do Holocausto” a tese de que a singularidade do extermínio teria sido enfatizada para servir a interesses políticos do projeto sionista. Entretanto, como ressalta Coggiola (2016), a obra de Finkelstein é objeto de intensas controvérsias acadêmicas e críticas historiográficas. Para além do debate sobre a instrumentalização da memória, é imperativo e importante observar que o Holocausto não foi um catalisador exclusivo do nacionalismo judeu; diversos setores do judaísmo mundial, inclusive os não-sionistas, encontraram na tragédia um imperativo para a redefinição de suas identidades e prioridades políticas no século XX.

Com a vitória dos Aliados e o colapso do Eixo, o fim da Segunda Guerra Mundial não encerrou a crise humanitária dos sobreviventes, especialmente a dos judeus europeus. Diante da devastação do continente, a Palestina emergiu como a principal alternativa de refúgio. Um episódio emblemático desse período, destacado por Coggiola (2016), foi o caso do navio Exodus 1947: carregado de sobreviventes do Holocausto, a embarcação foi impedida de desembarcar em Haifa pelas tropas britânicas, gerando uma onda de indignação internacional que fragilizou ainda mais a posição de Londres.

É relevante notar, que a maioria dos judeus que migraram para o Mandato no pós-guerra não era composta por sionistas convictos, mas por indivíduos movidos pela necessidade de sobrevivência. Muitos desconheciam a complexidade demográfica da região, ignorando que a Palestina não era um território habitado apenas por populações nômades, mas uma das áreas mais dinâmicas do Oriente Médio, tendo integrado o Império Otomano até 1918 como

parte da Grande Síria (Coggiola, 2016). Embora destinos como a Argentina e os Estados Unidos também fossem opções buscadas por parte da diáspora, a Palestina consolidou-se como o destino prioritário devido à estrutura de acolhimento já estabelecida pelo Yishuv (Gilbert, 2010).

A violência que os grupos armados sionistas impunham aos ingleses foi crucial para que, em fevereiro de 1947, os ingleses declarassem que entregariam imediatamente às Nações Unidas seu mandato. Em junho, um comitê especial da ONU chegou ao país para estudar a futura divisão política do território, mas o cenário político palestino estava em pé de guerra: três membros da Irgun estavam condenados à morte devido ao atentado no hotel Rei Davi³⁰, e dois soldados ingleses eram mantidos como reféns pelos grupos paramilitares judeus para forçar sua libertação (Coggiola, 2016, p. 255).

3.3 A PARTILHA DA PALESTINA PELA ONU

Após o desfecho da Segunda Guerra Mundial evidenciou a falência da Liga das Nações em sua missão primordial de preservar a paz global, tornando imperativa a estruturação de uma nova arquitetura diplomática: a Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse cenário, a criação do Estado de Israel configurou-se como um dos marcos definidores da ordem internacional do pós-guerra, simbolizando não apenas o ápice do projeto político sionista, mas também o primeiro grande teste de legitimidade da ONU. O processo de transição do Mandato Britânico para o Plano de Partilha de 1947 revela as complexas tensões entre o direito à autodeterminação, a diplomacia das grandes potências e a urgência humanitária decorrente do Holocausto (Gilbert, 2010).

Em 1947, a insurgência conduzida pelo Irgun operava em paralelo às negociações diplomáticas para a partilha. Em 15 de maio daquele ano, a ONU instituiu o Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina (UNSCOP), encarregado de elaborar uma solução para o impasse territorial. David Ben-Gurion compreendia que, caso as recomendações da UNSCOP resultassem na criação de estados soberanos distintos, um árabe e um judeu. O movimento sionista teria de

³⁰ Trata-se do atentado do Hotel King David em Jerusalém, onde estava instalada a administração governamental. A explosão de uma ala do edifício, no dia 22 de julho de 1946, custou a vida a 91 pessoas, das quais 86 funcionários oficiais (britânicos, árabes e judeus).

estar preparado para garantir militarmente a posse do território que lhe fosse atribuído (Gilbert, 2010).

O relatório da UNSCOP foi submetido à Assembleia Geral em novembro de 1947, propondo a partilha da Palestina em dois Estados soberanos: um árabe e um judeu. A proposta dividia o território em seis zonas : três destinadas a cada comunidade com Jerusalém sob um regime de tutela internacional (*Corpus Separatum*)³¹. O plano atribuiu aproximadamente 55% da área ao Estado judeu, englobando a Galileia oriental, a estratégica faixa costeira entre Haifa e Jaffa, e a região do Neguev até o Golfo de Áqaba (Rogan, 2017).

Durante as deliberações, emergiu um alinhamento geopolítico singular: o apoio concomitante dos Estados Unidos e da União Soviética à criação do Estado judeu. Conforme observa Gomes (2001), embora movidas por interesses antagônicos, as superpotências convergiram nesse objetivo específico. A Proclamação da Doutrina Truman (1947)³² inseriu a questão palestina na lógica da contenção do comunismo por meio da qual Washington identificava na soberania judaica a oportunidade de estabelecer um enclave de influência ocidental frente ao declínio do poderio britânico (Neto, 2013).

Por outro lado, o respaldo de Moscou não derivava de uma revisão do histórico antissemitismo russo, mas de uma estratégia pragmática para exacerbar a retirada britânica do Oriente Médio. O governo soviético vislumbrava dessa forma, a possibilidade de transformar o futuro Estado de Israel em um satélite de seus interesses, fundamentando essa expectativa na forte presença de ideais coletivistas como os Kibutzim³³ entre as lideranças do sionismo socialista. A divisão da Palestina seria da seguinte forma:

³¹ O termo *Corpus Separatum* segundo Armstrong (2000) refere-se ao status jurídico internacional proposto para Jerusalém e seus arredores pelo Plano de Partilha das Nações Unidas (Resolução 181 da Assembleia Geral, 1947). Segundo essa proposta, devido à importância religiosa única da cidade para as três religiões abraâmicas, ela não pertenceria nem ao Estado judeu nem ao Estado árabe, sendo administrada diretamente pela ONU sob um regime internacional especial.

³² Anunciada pelo presidente Harry Truman em um discurso ao Congresso em 12 de março de 1947, segundo Neto (2013), a Doutrina Truman estabeleceu os alicerces da política externa dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Baseada na estratégia de 'contenção' a doutrina visava impedir a expansão do comunismo e da influência soviética em regiões consideradas estratégicas. No contexto da Palestina, a Doutrina Truman justifica a crescente intervenção de Washington no vácuo que os britânicos deixaram.

³³ Sobre os kibutz, ver página 60.

Figura 3 : Plano de partilha da Palestina



Fonte: Hourani, Albert. Uma história dos povos árabes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

A análise cartográfica do Plano de Partilha (Resolução 181 da ONU), de 1947, é fundamental para compreender a natureza intrinsecamente conflituosa da gênese do Estado de Israel. O mapa produzido pela UNSCOP evidencia uma 'engenharia territorial' que buscava equilibrar a complexa distribuição demográfica com a posse de terras. Contudo, o resultado foi uma fragmentação geométrica severa, projetando dois Estados com territórios descontínuos e vulneráveis, unidos apenas por pontos de intersecção.

Do ponto de vista da população árabe-palestina, a aceitação desse desenho institucional era improvável: como um povo em pleno processo de consolidação nacional aceitaria a fragmentação de seu território e o deslocamento compulsório em favor de um projeto externo? As lideranças sionistas, cientes dessa resistência, já articulavam estratégias para lidar com o impasse. Como destaca Pappé (2016), a 'ideia de transferência' era um conceito presente no pensamento sionista, especialmente na ala liderada por Ben-Gurion.

Essa diretriz pressupunha a possibilidade de transferir a população nativa para Estados árabes vizinhos sob a premissa de que o nacionalismo palestino seria incipiente ou inexistente. Todavia, como argumenta Khalidi (2024), essa visão subestima e diminui a robustez da identidade nacional palestina, já em estágio avançado de formação e profundamente enraizada na terra.

Nesse sentido, a identidade étnica compartilhada com os países vizinhos não implicava, de forma alguma, que a população palestina aceitaria passivamente o abandono de suas terras. Como ressalta Pappé (2016), a 'ideia de transferência' no pensamento sionista não era apenas teórica, mas incluía a perspectiva da 'transferência compulsória' o deslocamento forçado de grupos contra a sua vontade, medida que encontrou resistência imediata.

O debate sobre a natureza desse deslocamento é encabeçado pelos chamados 'Novos Historiadores'.³⁴ Benny Morris (2001) sustenta a tese de que o êxodo palestino foi um processo gradual e, em grande medida, um subproduto inevitável do caos gerado pelos combates. Para Morris, o fenômeno foi 'nascido da guerra, não planejado', ocorrendo de forma assistemática e sem um plano

³⁴ O termo "novos historiadores" segundo Morris (2001) designa um grupo de pesquisadores israelenses que, a partir da década de 1980, passou a questionar a historiografia oficial do Estado de Israel. Dentre eles, destacam-se Benny Morris, cujas análises sobre o êxodo palestino de 1948 desafiaram a narrativa de fuga voluntária, e Ilan Pappé, que analisa o processo de formação do Estado sob a perspectiva da "limpeza étnica", enfatizando o caráter colonial do sionismo e a marginalização sistemática da população árabe local

centralizado de expulsão por parte da liderança sionista, embora reconheça episódios de atrocidades deliberadas.

Em contrapartida, Ilan Pappé (2016), em sua obra *A Limpeza Étnica da Palestina*, apresenta uma interpretação mais radical. Para o autor, os palestinos não fugiram meramente em decorrência do conflito; houve uma política deliberada e sistemática de expulsão fundamentada em práticas sionistas de desestruturação social. Ao traçar um paralelo entre as duas obras, percebe-se que, independentemente da gradualidade defendida por Morris ou do planejamento centralizado apontado por Pappé, o resultado prático configurou uma desestruturação profunda da sociedade árabe-palestina entre 1947 e 1948.

Ainda em paralelo, Ilan Pappé (2016) oferece uma interpretação mais contundente ao sustentar a tese de que houve um processo de 'limpeza étnica' deliberadamente planejado. Segundo o autor, o Plano Dalet (Plan D), adotado pela Haganah em março de 1948, transcendia a natureza de um plano militar defensivo; configurava-se, na realidade, como um roteiro operacional para a expulsão sistemática da população nativa das áreas destinadas ao Estado Judeu e territórios adjacentes.

Para Pappé, a ideologia da transferência, discutida anteriormente por lideranças como Ben-Gurion décadas antes, encontrou na conjuntura da guerra a oportunidade técnica para sua execução. Esse disputa historiográfica é fundamental para compreender a memória da Nakba³⁵ como um fenômeno que mesclou operações militares com um projeto de engenharia demográfica.

Nesse cenário de disputas, a figura do Oswaldo Aranha³⁶ assumiu um protagonismo singular. Ao presidir a II Assembleia Geral das Nações Unidas, Aranha operou politicamente nos bastidores para viabilizar a aprovação da Resolução 181. Sua habilidade em gerir o cronograma das sessões foi estratégica:

³⁵ O termo Nakba que significa 'catástrofe' ou 'desastre', é utilizado em árabe segundo Pappé (2016) é um termo utilizado pela historiografia e pela memória coletiva árabe para designar o processo de despossessão, deslocamento forçado e exílio de cerca de 700 mil palestinos durante a guerra de 1948. Mais do que um evento isolado no calendário, o conceito evoca a destruição de centenas de aldeias e a fragmentação definitiva da sociedade palestina, constituindo-se como o marco fundante da identidade nacional e da luta pelo direito ao retorno dos refugiados. Para um aprofundamento sobre as dimensões políticas.

³⁶ Oswaldo Aranha (1894–1960): Político, diplomata e advogado brasileiro. Foi figura central da Revolução de 1930 e um dos braços direitos de Getúlio Vargas. Como Embaixador em Washington e Ministro das Relações Exteriores, foi fundamental na aproximação do Brasil com os Aliados na Segunda Guerra Mundial. Internacionalmente, é reconhecido por ter presidido a Assembleia Geral da ONU em 1947, que votou a partilha da Palestina e a criação do Estado de Israel.

ao adiar a votação final que originalmente estava prevista para 26 de novembro e passou para o dia 29, Aranha concedeu o tempo necessário para que a diplomacia sionista e as superpotências exercessem pressão sobre os Estados indecisos. Sob a influência da Doutrina Truman e do pragmatismo soviético, esse intervalo foi decisivo para consolidar a maioria de dois terços exigida, transformando um rito burocrático em um dos momentos mais dramáticos da diplomacia do século XX no fim a votação apresentou o seguinte quadro:

Tabela 3 : Votação da Resolução 181				
Votos a favor (33)			Votos contrários (13)	Abstenções (10)
África do Sul	República Dominicana	Luxemburgo	Afeganistão	Argentina
Austrália	Equador	Nicarágua	Arábia Saudita	Chile
Bélgica	Estados Unidos	Noruega	Cuba	China
Bolívia	Filipinas	Nova Zelândia	Egito	Colômbia
Brasil	França	Panamá	Grécia	El Salvador
Bielorrússia	Guatemala	Peru	Iêmen	Etiópia
Canadá	Haiti	Polônia	Índia	Honduras
Costa Rica	Holanda	Suécia	Iraque	México
Tchecoslováquia	Islândia	Ucrânia	Irã	Reino Unido
Dinamarca	Libéria	União Soviética	Libano	Iugoslávia
Uruguai	Venezuela	Paraguai	-	-
Fonte: Gomes, 2001.				

A respeito do apoio diplomático internacional, a viabilidade do Estado de Israel no terreno dependia da conversão de sua infraestrutura paraestatal em uma força militar de ocupação e defesa. Conforme observa Rogan (2017), embora a narrativa tradicional enfatize a disparidade numérica, as forças sionistas detinham uma superioridade organizacional decisiva frente aos exércitos árabes,

que operavam de forma desordenada e sob desconfianças mútuas. Estados como Síria e Líbano, recém-emancipados do mandato francês, careciam de uma identidade nacional consolidada, enquanto a Transjordânia do Rei Abdullah movida por interesses expansionistas próprios como o projeto da 'Grande Síria'³⁷, visando anexar territórios palestinos ao seu reino desértico (Rogan, 2017).

O encerramento oficial do Mandato Britânico, à meia-noite do dia 14 de maio de 1948, marcou a transição da 'soberania no papel' para a realidade estatal. No Museu de Tel Aviv, Ben-Gurion proclamou a independência sob um documento que equilibrava direitos históricos com a busca por legitimidade internacional. Contudo, o dia 15 de maio inaugurou a fase regional do conflito, com a intervenção das forças do Egito, Transjordânia, Síria, Iraque e Líbano. Para a historiografia crítica, como a de Benny Morris (2001), a vantagem israelense residia na metamorfose da Haganah em uma força moderna e centralizada, contrastando com a coordenação tática desastrosa das coalizões árabes.

A consolidação do Estado de Israel deu-se através da política de 'fatos consumados'. A criação das Forças de Defesa de Israel (IDF), em 26 de maio de 1948, simbolizou o monopólio da força, culminando no dramático episódio do navio Altalena — onde o governo provisório atacou uma embarcação do próprio Irgun para sufocar dissidências internas (GILBERT, 2010). Sob a perspectiva da Nakba, este processo é interpretado por Pappe (2016) como a execução do Plano Dalet sob o manto da guerra, permitindo a expansão territorial para além das fronteiras da ONU. Assim, 1948 não encerra apenas o Mandato, mas inaugura uma nova configuração geopolítica forjada no conflito, cujas linhas de armistício definiriam as tensões das décadas seguintes.

³⁷ A tensão entre o Rei Abdullah I, da Transjordânia, e o Grande Mufti de Jerusalém, Amin al-Husseini, segundo Rogan (2017) centrou-se na disputa pela liderança do movimento nacionalista árabe e pelo controle da Palestina. Enquanto o Mufti defendia a independência total sob sua hegemonia e rejeitava qualquer compromisso com o projeto sionista, Abdullah buscava a expansão de seu reino através da anexação de partes da Palestina (o "Plano da Grande Síria"), o que era visto pelos seguidores de al-Husseini como uma traição à causa palestina em favor de ambições dinásticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, nessa dissertação trabalhamos com os projetos de Estado que o movimento sionista tinha para um Estado judeu. A nossa pesquisa demonstrou que o sionismo nasce dentro de um contexto de vários nacionalismos emergentes em solo europeu. Desse modo, o nacionalismo judaico, em decorrência do antissemitismo europeu, via na construção de um Estado judeu uma possibilidade de enfrentamento dessa discriminação.

Contudo, o território idealizado e, posteriormente, destinado à concretização desse Estado não se configurava como um espaço vazio. Pelo contrário, esta pesquisa demonstrou que o nacionalismo palestino se encontrava em pleno processo de formação, estabelecendo um cenário de profundo conflito com o projeto sionista

No primeiro capítulo, trabalhamos como essa ascensão do nacionalismo judaico foi uma resposta a falta de inclusão nos nacionalismos em construção na Europa e o profundo antissemitismo presente nesse continente. Diante desse problema, Theodor Herzl inaugurou o sionismo político. Já no segundo capítulo dessa pesquisa, vimos como o apoio britânico para a política sionista configurou a possibilidade das vertentes revisionistas e socialistas se desenvolvessem principalmente. Como já discutimos, esses dois pólos do sionismo formularam ideias próprias de Estado: o sionismo socialista com os kibutz, que previa a construção gradual de um Estado através do trabalho coletivo e nascimento do “ novo judeu” e o revisionista focava na perspectiva da rapidez e da independência imediata, inclusive admitindo sua perspectiva colonial.

Além disso, abordamos como, com o apoio da Grã-Bretanha, o sionismo ganhou fôlego, principalmente dentro do mandato britânico da Palestina, período no qual o sionismo conseguiu praticamente criar um estado paralelo dentro do próprio Estado do mandatário. No entanto, como trabalhado no terceiro capítulo o próprio sionismo não foi, durante todo o mandato, aliado dos britânicos. Conforme discutido anteriormente, após as ações da Segunda Guerra Mundial e a ascensão do Livro Branco, as relações entre os sionistas e os ingleses ficaram estremecidas.

É este o contexto em que grupos armados, formados durante esse período, recorreram a ações violentas com a perspectiva de fazer com que os

ingleses abandonassem a Palestina e, dessa forma, que um Estado judeu se concretizasse. No entanto, observou-se que, à medida que o Estado judeu era idealizado e suas estruturas postas em prática, a população nativa da Palestina foi sistematicamente marginalizada. Conforme analisado ao longo deste trabalho, tal processo resultou na implementação de políticas que visavam a substituição populacional, o que a historiografia frequentemente caracteriza como práticas de limpeza étnica, devido a deliberada troca de um grupo demográfico por outro.

Ao longo deste trabalho, tornou-se evidente também que o sionismo não pode ser compreendido apenas como um projeto nacional localizado na Palestina, mas como um movimento profundamente transnacional, atravessado por ideias, pessoas e instituições que circularam entre Europa, Oriente Médio e Américas. Longe de se limitar à Europa e à Palestina, o movimento articulou redes globais de apoio financeiro, político e cultural.

O Congresso Sionista Mundial, por exemplo, reunia delegados de diversos continentes, discutindo estratégias comuns e articulando recursos para a colonização da Palestina. Nos Estados Unidos, a presença de comunidades judaicas economicamente influentes foi fundamental para o financiamento de projetos educacionais e agrícolas na Palestina. Na América Latina, comunidades judaicas também se mobilizaram. No Brasil, Argentina e Uruguai, jornais comunitários publicaram editoriais favoráveis ao sionismo, enquanto instituições judaicas arrecadavam fundos para os *kibutzim*. É nesse sentido que trabalhos como o de Bartel (2006) – que analisa o nacionalismo judaico no Rio Grande do Sul – nos permitem compreender como essas ideias sionistas cruzaram fronteiras e, neste caso, chegaram ao Brasil.

Outro trabalho ligado a essa temática é o de Pinsky (1999), ao estudar o movimento Dror. Que em linhas gerais, foi uma organização sionista de jovens que defendiam a criação de um Estado judeu que misturasse as ideias socialistas com o judaísmo. No Brasil, ele surgiu diante da conjuntura do pós-Holocausto e da criação do Estado de Israel, que foi marcado pelo sionismo socialista e os ideais pioneiros. Seus membros (influenciados pela tradição dos movimentos juvenis judaicos europeus) buscavam superar a discriminação e a exclusão por meio da participação em atividades produtivas em *kibutzim*, refletindo uma politização e alguns questionamentos da ordem burguesa e dos papéis tradicionais.

Essa experiência contribuiu para a formação de uma identidade judaica engajada e comprometida com a transformação social. Cabe ressaltar, que esses jovens do Dror vinham de famílias tradicionais onde as funções e os papéis de gênero estavam bem definidos, por isso o próprio movimento queria também quebrar essa tradição de alguma forma.

É fundamental também destacar que o caso da partilha da Palestina não foi um evento isolado, mas sim parte integrante da dimensão transnacional das partilhas promovidas pelo Império Britânico durante a primeira metade do século XX. A diplomacia britânica, dentro do contexto do Mandato, aplicava lógicas de divisão territorial e administrativa que ecoavam em outras experiências coloniais do Império, criando redes de influência que conectam o Oriente Médio a outros pontos do globo.

Nesse sentido, a construção do Estado de Israel em 1948 deve ser compreendida dentro de uma dimensão transnacional de partilhas promovidas pelo Império Britânico. Como analisa Elledge (2024), o uso das 'fronteiras de papel' como observadas na Irlanda e na Índia e, posteriormente, na Palestina revela uma lógica imperial de redesenhar territórios de forma arbitrária sem respeitar a diversidade dos grupos nativos daquele território. É notável que, conforme discutido nesta dissertação, embora o movimento sionista estivesse em franco embate político e armado contra os britânicos entre 1943 e 1947, ele acabou por instrumentalizar essa mesma lógica cartográfica colonial quando delimitou suas fronteiras na partição da Palestina.

Podemos afirmar, assim, que a diáspora judaica, as políticas imperialistas britânicas, o antissemitismo europeu, a diplomacia norte-americana e a atuação de redes globais de arrecadação marcaram o desenvolvimento do sionismo e o próprio projeto de Estado que se consolidou em 1948. Reconhecer essa dimensão transnacional não apenas enriquece a compreensão histórica do sionismo, como também insere este estudo em debates contemporâneos da historiografia global.

Ou seja, esse trabalho não é somente importante para entendermos a construção do Estado de Israel, mas sim vemos essa construção conectadas a vários fatores como antissemitismo e o nacionalismo europeu.

Por fim, este trabalho não se limita a explicar a construção do Estado de Israel apenas tendo a Palestina como centro, mas busca situar essa trajetória dentro de uma perspectiva transnacional. Ao evidenciar como o

nacionalismo judaico e europeu se vinculou às políticas coloniais britânicas. A pesquisa dessa forma, oferece novas camadas de análise sobre a formação de fronteiras e identidades no século XX, abrindo caminhos para futuras investigações que aprofundem as conexões entre diferentes experiências imperiais.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ARMSTRONG, Karen. **Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BARTEL, Carlos Eduardo. **Os missionários sionistas e o nacionalismo judaico no Rio Grande do Sul (1945-1952)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: das cruzadas ao século XX**. Tradução de Samuel Titan Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2018

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UNB, 1998.

BOROCHOV, Ber. Eretz Yisrael in our Program and Tactics. [S. l.]: Marxists Internet Archive, set. 1917.

CLEMESHA, Arlene. **Marxismo e judaísmo: história de uma relação difícil**. São Paulo: Boitempo, 2025.

COGGIOLA, Osvaldo. **A revolução árabe e o Islã: entre pan-arabismo, pan-islamismo e socialismo**. São Paulo: Xamã, 2016.

DEMANT, Peter. **O Mundo Muçulmano**. São Paulo: Contexto, 2015,

ELLEDGE, Jonn. **A History of the World in 47 Borders**. London: Headline Publishing Group, 2024.

GILBERT, Martin. **História de Israel**. Lisboa: Edições 70, 2010.

GILBERT, Martin. **Os 5000 anos de história e fé do povo judeu**. Lisboa: Aletheia, 2002.

GILBERT, Martin. **The Routledge Atlas of Jewish History**. 4. ed. Londres: Routledge, 2003,

GILBERT, Martin, **A história do século XX** .1 ed. - São Paulo : Planeta, 2016.

GOMES, Aura Rejane. **A questão da Palestina e a fundação de Israel**. 2001.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

GRINBERG, Keila. O mundo árabe e as guerras árabe-israelenses. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; ZENHA, Celeste; FERREIRA, Jorge (Org.). **História do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3, p. 99-131.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HALFPERN, Ben. **The Idea of the jewish state**. Harvard university press, Cambridge. 1969

HERZL, Theodor. **O estado judeu**. Tradução David José Pérez. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

HOBSBAWM, Eric. **A era do capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOUAT, Stephan Fernandes. **A criação do Estado de Israel e um Estado único como solução dos conflitos**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Centro Universitário do Pará, Belém, 2006.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

KHALIDI, Rashid. **Palestinian identity: the construction of modern national consciousness**. New York: Columbia University Press, 1997.

KHALIDI, Rashid Ismail. **Palestina: um século de guerra e resistência (1917-2017)**. Tradução Rogério W. Galindo. São Paulo: Todavia, 2024.

LAQUEUR, Walter. **A History of Zionism**. New York: Holt, Reinhart and Winston, 1972.

NAPOLITANO, Marcos. **História contemporânea: do entreguerras à nova ordem mundial**. São Paulo: Contexto, 2021. v. 2.

NETO Salgado, Luiz. **Uma pequena América no Oriente: fundamentos culturais do apoio ao sionismo nos Estados Unidos (1936-1948)** 2013

NORMAN G. Finkelstein. **La Industria del Holocausto**. Madrid, Akal, 2004

MORRIS, Benny. Righteous Victims: **A History of the Zionist-Arab Conflict, 1881–2001**. New York: Vintage Books, 2001.

PAPPE, Ilan. **A limpeza étnica da Palestina**. São Paulo: Sundermann, 2016.

PAPPE, Ilan. **10 mitos sobre Israel**. Tradução de Rodrigo Gurgel e Ricardo Moura. São Paulo: Tabla, 2021.

PINSKY, Jaime. **Os judeus: a luta de um povo para se tornar uma nação**. São Paulo: Contexto, 2024.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Pássaros da liberdade: jovens judeus sionistas socialistas, rapazes e moças do movimento Dror (1945-1960)**. Campinas: [s.n.], 1999. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1999

ROGAN, Eugene. **Os árabes: uma história**. São Paulo: Zahar, 2017.

SAID, Edward. **A questão da Palestina**. São Paulo: Unesp, 2012.

SCHAMA, Simon. **A História dos Judeus vol 2 : À pertença de 1492 a 1900** São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

SALGADO, Luiz Neto. **O movimento político árabe na Palestina sob controle britânico: culturas políticas em perspectiva comparada (1929-1937)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SHAPIRA, Anita. **Israel: uma história**. Tradução de Deborah Fleck e Samuel Feldberg. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2025.

SEGEV, Tom. One Palestine, Complete: **Jews and Arabs under the British Mandate**. New York: Henry Holt, 2000.

VEYNE, Paul. **Quando nosso mundo se tornou cristão (312-394)**. Tradução Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

WASON, John Cathcart. East Africa and Uganda, or, Our Last Land. Londres: Francis Griffiths, 1905.

Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2021666844/>. Acesso em: 25 mar. 2026

WOLFE, Patrick. **Settler Colonialism and the Transformation of Anthropology: The Politics and Poetics of an Ethnographic Event**. Duke University Press. 2006

Fontes

BARRON, J. B. (Ed.). **Palestine: Report and General Abstracts of the Census of 1922**. Jerusalém: Government of Palestine, 1923.

EXECUTIVE COMMITTEE OF THE THIRD ARAB PALESTINE CONGRESS. **Report on the State of Palestine presented to the Right Honourable Mr. Winston Churchill P.C., M.P.** Jerusalem: [s.n.], 1921. Disponível

em: <https://www.loc.gov/item/>. Acesso em: 5 jul. 2025.

GRÃ-BRETANHA. **Declaração de Balfour**. 1917. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/balfour.asp. Acesso em: 1 fev. 2025.

GRÃ-BRETANHA. **House of Commons Debate**. 4 jul. 1922. vol. 156, cols. 1085–1102. Disponível em: <https://hansard.parliament.uk/Commons/1922-07-04/debates/71fbd01b-c1fc-4b8b-9566-5a65c879d881/Palestine>. Acesso em: 5 jul. 2025.

LIGA DAS NAÇÕES. **Mandato para a Palestina. 1922**. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/palmanda.asp#art27. Acesso em: 1 fev. 2025.

PALESTINE, **Government of. Census of Palestine 1922**. Jerusalém: Crown Copyright, 1922.

GRÃ-BRETANHA. **Palestine: Statement of Policy** (White Paper de 1939), maio de 1939. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/brwh1939.asp. Acesso em: 26 abr. 2026.